



**Universidade de Brasília – UnB**

*Instituto de Humanas – IH*

Departamento de Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso

Clarissa Santos de França

**A intolerância religiosa em escolas públicas do Distrito Federal em relação às  
crianças e adolescentes praticantes do candomblé**

Brasília

2017

Clarissa Santos de França

**A Intolerância Religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé**

*Trabalho de Conclusão de Curso* apresentado à *Universidade de Brasília – UnB*, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em *Serviço Social*.

Orientadora: Prf<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Brasília,  
2017

Clarissa Santos de França

**A Intolerância Religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé**

**Aprovado em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

Nair Heloisa Bicalho de Sousa  
Presidente (Orientadora)

Maria de Jesus dos Santos  
Membro Titular (Deptº de Serviço Social)

Clara Jane Adad  
Membro Titular (Mestre em Direitos Humanos e Cidadania)

*A todos aqueles que possuem fé em algo.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de toda a minha trajetória pude contar com diversas pessoas que me apoiaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos, com uma família, amigos, professores e lugares que me acolheram. E não há nada além de agradecimentos a fazer diante da finalização desse processo tão intenso como o trabalho de conclusão de curso.

Agradeço primeiramente à minha família, minha mãe Sônia, que me amparou nos momentos difíceis, me apoiou nos meus sonhos, me aconselhou nos momentos de dúvida e sorriu comigo nos momentos de alegria; meu pai Antonio, que esteve ao meu lado tanto nos momentos de conquistas e alegrias quanto nos difíceis; minha irmã Nayara, que além de estar sempre presente ao meu lado, me aconselhou diversas vezes, contribuindo para o meu crescimento tanto profissional quanto pessoal e posso agradecer por ter nascido e encontrado uma amiga dentro de casa. Agradeço aos meus primos Natália, Artur e Maria Clara, meus primos e irmãos, história difícil de explicar, mas que nos uniu ainda mais, minha tia e madrinha Maria Delamarte, que sempre foi uma segunda mãe pra mim, minha avó Maria Áurea que sempre me apoiou e ao meu cunhado Gabriel que conquistou um espaço insubstituível nas nossas vidas.

Agradeço agora aos meus amigos, pois como afirmou Machado de Assis, em seu poema “Bons Amigos”, *“Abençoados os que possuem amigos, os que os têm sem pedir. Porque amigo não se pede, não se compra, nem se vende [...]. Benditos sejam os amigos que acreditam na tua verdade ou te apontam a realidade. Porque amigo é a direção. Amigo é a base quando falta o chão! Amigo a gente sente!”*, e no que me diz respeito a amigos, posso falar de boca cheia, sou abençoada por ter os melhores. Aos amigos da escola que me ajudaram na construção de quem sou hoje, Letícia, Dayana, Gabriele, Eduardo, Lucas Brandão, Douglas, Felipe Sales. Aos amigos da UnB, que estiveram comigo durante a trajetória mais conturbada da minha vida, que me aguentaram nos dias difíceis e compartilharam os dias de alegria, Victória, Caroline, Amanda, Jéssika, Larissa, Jacqueline e Paulo. Em especial agradeço às minhas amigas Débora, a qual encontrei por acaso nos corredores da UnB em nosso primeiro dia de aula e desde então não nos separamos, desejo que a vida mantenha a alegria desse encontro por muitos anos, à Aline, minha companheira de estágio e de UnB, tivemos o prazer de ir aprendendo a nos gostar aos pouquinhos, construindo uma amizade, e à minha amiga Thatianne, que entrou aos pouquinhos na minha vida e se tornou indispensável. Agradeço também a todos aqueles amigos que já passaram por minha

vida, por mais que não tenham permanecido, foram essenciais na minha construção.

Agradeço ao meu local de formação, Universidade de Brasília (UnB), nele ingressei no Serviço Social, e pude aprender de diversas formas. Aprendi a questionar, a entender e a buscar o conhecimento. Entrei em contato com autores fundamentais para a minha formação, professores excelentes e um cotidiano de aprendizagens e ensinamentos. Agradeço à minha orientadora Nair Heloísa Bicalho de Sousa que me aconselhou no processo de construção do Trabalho de Conclusão do Curso.

Finalizo agradecendo à minha fé, que foi necessária para despertar o interesse de discussão do tema deste trabalho e essencial para que eu pudesse me manter firme ao longo de todos os enfrentamentos na minha vida. Foi através dessa fé que a vida me possibilitou escolher e ter alegria em fazer parte da minha família Ílè Asé Òkófògian, meus irmãos de fé e meu pai de santo Israel. Agradeço tanto pelo carinho mútuo quanto pelos momentos de convivência, cuidados e aprendizagens.

*“A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos.”*

(Mahatma Gandhi)

## **RESUMO**

FRANÇA, Clarissa, S. de. **A Intolerância Religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé**. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Serviço Social, 2017.

O presente trabalho se propõe a analisar a intolerância religiosa nas escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé. Tendo em vista a recorrente divulgação de casos de intolerância religiosa nos diferentes meios midiáticos, e pela pequena quantidade de literatura e debates sobre o tema, surgiu a necessidade de discussão sobre como essas formas de intolerância religiosa influenciam no cotidiano de crianças e adolescentes candomblecistas. Sendo assim, ao longo do trabalho, foi realizada a discussão sobre o modo como a intolerância se manifesta em um contexto de país laico, bem como as maneiras como são manifestados os diferentes atos de preconceito. A discussão realizada foi embasada por diversos arcabouços teóricos e legais, bem como através de uma pesquisa qualitativa realizada com crianças e adolescentes iniciados na religião. Entende-se que através da discussão aberta do tema que se tornou uma questão social, bem como dos dados levantados, o presente trabalho poderá colaborar para uma conscientização da população sobre esses casos de intolerância e o modo como afetam o cotidiano e a vivência desses jovens nos diferentes espaços sociais.

**Palavras-chave:** Questão Social; Intolerância Religiosa; Candomblé; Educação; Crianças e Adolescentes; Religiões de Matriz Africana; Distrito Federal.



## **ABSTRACT**

FRANÇA, Clarissa, S. de. **A Intolerância Religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé**. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Serviço Social, 2017.

The present paper proposes to analyze the religious intolerance in public schools of Federal District regarding children and teenagers practitioners of Candomblé. In view of the recurrent divulgation of cases of religious intolerance in different media outlets, and the scarce quantity of literature and debates about the theme, the need of discussion about how those modes of religious intolerance influence in routine of candomblecistas children and teenagers arose. Therefore, along this paper, the discussion on how the intolerance manifests itself in a context of laic country and the ways in which there are express the different acts of prejudgement were accomplish. This discussion was based for several academic and legal frameworks and by a qualitative research realized with initiated in religion children and teenagers. It is understood that through the open discussion about the theme that became a social issue and through the data survey this paper may collaborate for a population awareness about those cases and how they affect the routine and the experience of those young people in several society medium.

**Palavras-chave:** Social Policy; Religious Intolerance; Candomblé; Education: Children and Teenagers; African Religions; Federal District.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1. Justificativa.....	12
1.2. Objetivos.....	13
1.2.1. Objetivo Geral.....	13
1.2.2. Objetivo Específico.....	13
<b>2- METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3- REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
3.1. O direito de liberdade ao culto e o ensino religioso dentro das constituições brasileiras.....	16
3.2. O público alvo – crianças e adolescentes.....	20
3.3. A escola como espaço democrático e cidadão.....	21
3.4. Educação em direitos humanos.....	24
3.5. Candomblé como prática religiosa de matriz africana.....	29
3.6. Intolerância com religiões de matriz africana.....	35
<b>4- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>40</b>
4.1. Quadro 1 – Informação sobre a adesão ao candomblé.....	41
4.2. Quadro 2 – Intolerância religiosa.....	42
4.3. Quadro 3 – Experiência de intolerância religiosa.....	44
4.4. Quadro 4 – Existência de comentários intolerantes.....	47
4.5. Quadro 5 - Comentários acerca da intolerância religiosa.....	48
4.6. Quadro 6 - Transformação de preconceitos em agressões físicas.....	50
4.7. Quadro 7 – Procura de ajuda diante dos atos de intolerância religiosa.....	51
4.8. Quadro 8 – Utilização de objetos religiosos e preconceito.....	53
4.9. Atitude da gestora da escola diante da intolerância religiosa.....	55
4.10. Quadro 10 – Percepção dos atos de preconceito.....	58
<b>5 - CONCLUSÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>6 - REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>7 - ANEXOS.....</b>	<b>68</b>
7.1. Anexo 1 – Modelo de entrevista semi-estruturada.....	68
7.2. Anexo 2 – Termo de consentimento.....	69
7.2. Anexo 3 – Quadros 11 e 12.....	70

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o início da minha vida, sempre estive em meio a uma família de grande diversidade religiosa, motivo pelo qual convivi com católicos, protestantes, kardecistas, umbandistas, candomblecistas, todos de forma harmônica. Sempre senti uma maior ligação ao espiritismo, acompanhando meu pai em centros kardecistas e minha mãe em terreiros de umbanda, assim fui trilhando meu caminho até chegar ao candomblé.

O primeiro local de doutrina espírita que frequentei com minha família, logo nos primeiros anos de vida, foi a Cultura Racional, que possui semelhanças com a umbanda, mas com algumas divergências em relação a pensamento e à doutrina. Por ser muito jovem na época, não possuo grandes recordações desse período, a não ser *flashes* de memória e histórias contadas por familiares. Durante muitos anos, frequentei o Centro Espírita Nosso Lar - CENOL, que segue os princípios dos evangelhos de Allan Kardec. Neste tive a oportunidade de participar de reuniões, estudos, e distribuições de sopas em comunidades carentes, chegando a concluir o primeiro período de estudos na Mocidade Espírita Francisco de Assis – MEFA, semelhante à catequese no catolicismo.

Após um tempo parei de frequentar o kardecismo e juntamente com a minha família comecei a participar de um terreiro de umbanda na Asa Norte, o Centro Espírita Assistencial Nossa Senhora da Glória – CEANSG. Neste, apesar de possuir algumas diferenças do espiritismo kardecista, não tive dificuldades de adaptação e em pouco tempo estava envolvida em suas atividades assistenciais juntamente com a minha família. Participamos de diversos almoços beneficentes para pessoas em situação de rua, mas sem me vincular de forma concreta, apenas como consulente.

Tempos após parar de frequentar o centro de umbanda, conheci o candomblé, onde passei por três terreiros diferentes até conhecer e me fixar no qual frequento. Não há uma explicação detalhada ou um motivo preciso para a grande diversidade religiosa em minha vida ou o fato de ter mudado de locais por tantas vezes. Como sempre ouvi de minha mãe, ela sempre buscou nos guiar e mostrar as diversas possibilidades religiosas pelas quais passou, para que pudéssemos escolher aquela em que nos sentíssemos bem.

No que se refere ao candomblé, como dito anteriormente, passei por três terreiros diferentes. Ao passar por esses templos, ainda adolescente, pude conviver com a presença de crianças até mais novas do que eu e dentre elas, algumas já haviam sido iniciadas ritualisticamente na religião. Apesar de me entender como praticante da

religião e vivenciá-la, não me assumia abertamente na escola como candomblecista. Por medo de sofrer represálias por parte dos colegas de turma e da escola me apresentava apenas como católica.

Ao me deparar com crianças de pouquíssima idade assumindo responsabilidades e frequentando ativamente a religião de forma natural e cotidiana, vários questionamentos foram surgindo na minha cabeça: Essas crianças assumiram publicamente ser do candomblé? Elas sofriam preconceitos por pertencerem a uma religião de matriz africana? As pessoas se afastaram dessas crianças quando descobriram a sua religião? A escola fez algo que impedisse ou amenizasse formas de intolerância? O corpo docente escolar agiu de forma intolerante para com essas crianças?

Mais do que compadecida com essa questão, senti que aqueles questionamentos faziam parte da minha vivência pelo medo que tive de assumir a religião e sofrer represálias. Hoje, sendo membro da família Ìlê Aṣé Òkófogyàn e sendo estudante de Serviço Social na Universidade de Brasília, pude enfim responder aos meus questionamentos e trazer à tona mais um ponto para debate dentre as diversas questões sociais presentes na sociedade.

### **1.1. Justificativa**

Ao longo de toda a minha trajetória de vida dentro de religiões de matriz africana, pude perceber o modo como a sociedade responde às religiões que fogem do modelo hegemônico cristão brasileiro. As religiões de matriz africana sempre estiveram ligadas a um contexto nacional e histórico de racismo e escravidão, chegando ao Brasil por meio do tráfico negreiro, sofrendo influências de religiões cristãs por meio de cultos internos e ocultos e utilizando-se de artifícios para conter a repressão, como sincretizar as imagens de seus símbolos religiosos com imagens de santos católicos.

Mais especificamente no candomblé, pude vivenciar a realidade de rituais, bem como presenciar a vivência e prática de crianças e adolescentes visitantes e iniciados na religião. A partir destas e fazendo ligação aos diversos casos noticiados pela mídia, bem como aqueles que não o são, surgiram questionamentos acerca da repressão, preconceito e intolerância que essas crianças poderiam vivenciar em seu cotidiano escolar. Juntamente com os terreiros de candomblé, a escola é o local mais frequentado por essas crianças, e esta é pensada como espaço de diversidade, no qual jovens de

múltiplas religiões, descendências, pensamentos e culturas se encontram, e onde deve ser praticada a aprendizagem e o respeito. Torna-se então necessário pensar a forma com a qual o corpo docente escolar responde a atos de intolerância religiosa e preconceito dentro das escolas.

Sendo o direito de liberdade ao culto um direito fundamental da dignidade humana, e o Estado e a educação definidos constitucionalmente como laicos, o debate sobre a intolerância religiosa torna-se necessário para a prevenção e o combate aos discursos de ódio e atos de violência contra qualquer tipo de religião, crença ou pensamento. Tendo em vista também, a grande dificuldade de encontrar literatura que aborde o tema e que realize um recorte de idade estudando essa vivência por parte das crianças e adolescentes, bem como a necessidade de debate no meio acadêmico por se tratar de um objeto que está ligado aos direitos humanos, e trazendo mais especificamente para o Serviço Social, fazendo parte de uma conjuntura de questões sociais, o presente trabalho se propõe a debater o tema como forma de incentivo ao combate à intolerância religiosa.

Portanto, a partir dos questionamentos e argumentações apresentados, foi estabelecido como objeto de pesquisa do presente trabalho, a intolerância religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e adolescentes praticantes do candomblé, delimitando o público-alvo da pesquisa de campo às crianças e jovens de até 18 anos, iniciados na religião e que ainda frequentem a escola.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Investigar a intolerância religiosa em escolas públicas do DF em relação às crianças e jovens praticantes do candomblé.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- a) Analisar a relação entre a laicidade do Estado e a liberdade religiosa.
- b) Investigar o papel da escola como espaço democrático e cidadão.
- c) Pesquisar o candomblé como religião de matriz africana, com adeptos em todo o território nacional.
- d) Tratar da questão da intolerância religiosa em relação ao candomblé.
- e) Analisar a presença de intolerância religiosa junto às crianças e jovens praticantes do candomblé, em escolas públicas do DF.

## 2. METODOLOGIA

Ao longo da elaboração e escrita do presente trabalho foram utilizados diversos meios de coleta de dados. A variedade de formas de pesquisa, foi pensada como um modo de garantir uma melhor análise dos dados coletados, com maior abrangência e precisão. Como meio de obter uma maior diversidade de informações, foram utilizadas as pesquisas documental e de campo. A pesquisa documental ocorreu através dos documentos e bibliografias relacionados ao tema ‘Intolerância Religiosa’ e ‘Candomblé’. Essa junção de obras e autores encontrados, foram dispostos em livros, pesquisas, teses, reportagens e documentários, estando alguns disponíveis na *internet*.

“A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, 2003, p174)

Essa forma de pesquisa foi selecionada pela necessidade de aprofundamento no tema, possibilitando a obtenção de conhecimento razoável para uma escrita de qualidade e fundamentada. Levando em consideração os aspectos sociais ligados ao tema proposto e tendo em vista a dificuldade de obter literaturas relacionadas ao tema, a pesquisa bibliográfica teve que ser realizada de forma cuidadosa.

“A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.” (LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, 2003. p. 185)

No que tange à pesquisa de campo, essa foi necessária para a implementação das técnicas de observação e entrevista, importantes para o registro das vivências e percepções das crianças. A técnica de observação e de entrevista foram aplicadas de forma conjunta, no momento da ida a campo. A obtenção dos resultados encontrados e apresentados no final deste trabalho foram alcançados através da pesquisa de campo. Foi indispensável a realização da pesquisa documental e bibliográfica anterior à visita a campo, como forma de aproximação ao tema.

“Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações

e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, 2003, p. 186)

A utilização da observação dentro da pesquisa de campo foi necessária para entender o local religioso frequentado por essas crianças, bem como perceber um pouco de seu cotidiano. Essa observação e interação com o público-alvo foi pensada como forma de introdução à entrevista.

A pesquisa qualitativa, realizada por meio de 10 entrevistas com as crianças e jovens, é de natureza semi-estruturada. O procedimento de realização da entrevista foi pensado de acordo com o público alvo da pesquisa, crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, e na forma menos invasiva de abordar o tema intolerância religiosa.

“Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aparições, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar naquilo que faz, por interpretar a realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.” (MINAYO, 1996, p.21)

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. O direito de liberdade ao culto e o ensino religioso dentro das Constituições brasileiras.

Dentro da história política e constitucional brasileira estiveram presentes diversos conceitos, dentre eles os de laicidade e religião. A partir da chegada dos portugueses no Brasil a relação entre religião e Estado se constituiria estabelecendo um vínculo de difícil rompimento, mas entendia-se como religião predominante e legitimada apenas aquelas que seguiam o princípio cristão, restringindo-se a apenas duas, católica e protestante<sup>1</sup>.

A primeira constituição brasileira era denominada de Constituição luso-brasileira de 1822 e foi uma tentativa de dar continuidade à constituição portuguesa, bem como de legitimação do processo de independência, que mudaria o rumo da história brasileira. Sendo assim, foi estabelecido como objetivo claro e definido em seu primeiro artigo “*manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses*”.

De todos os direitos e deveres dispostos nesta Constituição, é necessário discutir os princípios de laicidade e religiosidade que deram início ao que é conhecido na atualidade como Estado Laico. Deste modo, neste mesmo documento determinou-se a existência de apenas uma religião legitimada e reconhecida como prática aceita pela nação portuguesa, a religião Católica Apostólica Romana. Entretanto, nesta mesma Constituição, em seu Artigo 5º do Título II, se estabeleceu o direito ao culto de outras formas de credo, desde que os mesmos fossem realizados em domicílio de forma particular e apenas por aqueles que não fossem naturalizados portugueses: “*A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se, contudo aos estrangeiros o exercício particular de respectivos cultos*”.

A segunda Constituição presente na história brasileira é a Constituição Política do Império do Brasil, que foi elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824. Em seu Artigo 5º do Título I permanecia o princípio que estabeleceu uma religião aceita e legitimada, mas permitia as práticas religiosas de outras crenças, mantendo o mesmo preceito da Constituição

---

<sup>1</sup> Esta última passou a ser mais conhecida pela nomenclatura de evangélica.



anterior, as quais podiam ser realizadas de forma privada e escondida. Entretanto foi garantido o direito de construção de locais específicos para tais cultos, com a ressalva de que estes não poderiam ter na sua fachada elementos que possibilitassem o reconhecimento como um local de culto religioso.

Em 1890 foi promulgado o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o qual estabelecia a proibição da intervenção do poder público em questões referentes à religião, bem como determinava a liberdade de culto e extinção do padroado<sup>2</sup>. Este decreto estabeleceu novos olhares e respaldos legais aos diferentes tipos de religião. Os principais artigos que abordam esses avanços são:

“Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuaes, sinão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

---

<sup>2</sup> “É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino português: a Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho Ultramarino. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambos delegados reais, geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizatória destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889.” (Faculdade de Educação Unicamp. Navegando na História da Educação Brasileira. Glossário. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_padroado2.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm)>, acessado em 05/05/2017.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes. ”

(Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890)

A terceira constituição escrita no Brasil foi a Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil de 24 de fevereiro de 1891, que permaneceu em vigência durante 43 anos. Essa constituição sofreu diversas alterações ao longo dos anos, como a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1923 que modificou os incisos do artigo 72º tornando-os mais laicos e legitimando a separação entre religião e Estado.

“§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum; [...] § 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis; § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos; § 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados; [...] § 28 - Por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico; § 29 - Os que alegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer ônus que as leis da República imponham aos cidadãos, e os que aceitarem condecorações ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos.” (Incisos do Art. 72º, Título IV – Dos Cidadãos Brasileiros, Seção II – declaração de direitos, texto proposto pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1923).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 teve como principal objetivo organizar um regime democrático brasileiro que garantisse para a população condição de liberdade e bem-estar tanto social quanto econômico. No que tange ao contexto religioso propunha a não interferência do Estado nas práticas religiosas, sejam elas de qualquer caráter, bem como a condição de não estabelecer alianças com cultos religiosos. As igrejas e outras diversas associações religiosas passaram a ter personalidade jurídica. Outro tópico que foi inserido nessa constituição foi o da educação como lugar de respeito à diversidade, o ensino religioso foi garantido

e legitimado nos termos da lei, e tornou-se facultativo e respeitoso aos princípios religiosos de cada estudante.

O Poder Judiciário também passou a garantir a brasileiros e estrangeiros o direito à liberdade e a garantia de igualdade perante a justiça, a liberdade de consciência e crença, e o exercício livre de cultos religiosos passou a ser direito inviolável com a condição de não transpor os direitos e deveres constitucionais e não perturbar a ordem pública.

A Constituição de 1937 ficou conhecida como a Constituição do Estado Novo, devido ao seu contexto de início da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Apesar dos diversos direitos garantidos na Constituição anterior pelo mesmo presidente, esta possuía um caráter mais autoritário, e não deu continuidade às conquistas que diziam respeito a religião, dando margem a diversos tipos de repressão.

A Constituição de 1946 também nomeada como Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada pelo presidente Eurico Dutra retomou os direitos estabelecidos na Constituição de 1934, bem como os deveres estabelecidos, e manteve o caráter facultativo do ensino religioso e o respeito às crenças de cada indivíduo.

Em seguida, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 trouxe consigo um contexto ainda maior de garantia de direitos e respeito aos diferentes tipos de cultos religiosos, o que evidencia o caminho cada vez mais próximo da construção de um Estado Laico. Já de início, foi realizada a separação entre Estado e religião, proibindo ao Estado a realização de cultos religiosos, bem como interferência nestes âmbitos e o estabelecimento de alianças com movimentos religiosos. Assegurou também o direito de liberdade, igualdade e respeito, independente de credo, e manteve o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. A Emenda Constitucional nº 22 de 1982 acrescentou na constituição a proibição de pronunciamentos ofensivos à diversidade cultural e religiosa. Nesta também foi permitida a liberdade de expressão, contanto que a mesma não possuísse caráter preconceituoso e intolerante.

Por fim, a Constituição Federal de 1988, vigente na atualidade, foi modificada algumas vezes por meio de emendas constitucionais e estabelece o modelo de Estado Laico a ser seguido e respeitado, mantendo direitos e deveres propostos por emendas constitucionais anteriores.

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI

- É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...] VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;” (Art. 5º; Título II – dos direitos e garantias fundamentais; Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Constituição Federal de 1988).

“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; ” (Art. 19º; Título III – Da organização do Estado; Capítulo I – Da organização Político Administrativa; Constituição Federal de 1988).

“Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.” (Inciso 1º do Art. 143º; Título V – Da defesa do Estado e Das Instituições Democráticas; Capítulo II – Das Forças Armadas; Constituição Federal de 1988).

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, dentre todas, foi a que garantiu de forma mais precisa e ampla a laicidade do Estado e a liberdade do exercício de crença religiosa de qualquer natureza<sup>3</sup>.

### **3.2. O público alvo – crianças e adolescentes**

Tendo em vista a pesquisa realizada no presente trabalho, torna-se necessário definir através de arcabouços teóricos e legais o que é entendido como criança e adolescente, termos mencionados constantemente durante o debate. Sendo assim, inicia-se a discussão por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento fruto da lei Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, outorgada por Fernando Collor, visando assegurar e proteger os direitos das crianças e adolescentes. No início de seu

---

<sup>3</sup> Cabe salientar que, apesar da linearidade exposta ao longo da construção do texto, o processo de garantias e conquistas de direitos ocorreu de forma conturbada, a partir de grandes lutas por parte da sociedade civil.

texto retoma o seu público alvo, realizando uma definição mais detalhada destes. A definição utilizada pelo documento também será inserida no presente trabalho levando em consideração a sua ligação com as legislações apresentadas no referencial teórico anterior que debate as diversas Constituições brasileiras.

Sendo assim, logo em seus primeiros artigos que estão inseridos no Livro I (Parte Geral), Título I (Das Disposições Preliminares), é expressa a principal função do Estatuto, ou seja, a de proteção integral aos infantes. Nesse mesmo contexto é realizada a definição mencionada anteriormente, concluindo que:

“Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”. (ECA, 12ª ed. 2014)

Além da definição proposta pelo estatuto também é possível observar uma série de garantias visando à proteção desses jovens, não apenas no que se refere a segurança física, como também à liberdade de expressão, crença e uma proteção ao psicológico dessa pessoa em desenvolvimento. Como pode ser visto ao longo do debate do presente trabalho, o entendimento da criança e do adolescente como uma pessoa em construção faz-se necessário tanto na elaboração de políticas públicas que garantam uma boa formação para estes, como a proteção de sua liberdade de expressão e crença.

“Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.” (ECA, 12ª ed. 2014)

### **3.3. A escola como espaço democrático e cidadão**

O início do pensamento de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como a elaboração da escola como sendo um espaço de garantias de direitos e de formação não apenas acadêmica como individual surge com a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), documento adotado em dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que foi responsável por estabelecer uma série de direitos básicos para a população. Essa garantia aparece de forma clara quando a

declaração define normas para a garantia do ensino democrático em seu primeiro inciso.

“Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.” (ONU, Declaração Universal de Direitos Humanos. Art. 26, inciso 1. 1948).

Além de pensar na escola como um espaço de garantias de direitos, também se pensou na formação da criança e do jovem que são o público alvo desse espaço. A escola passou a ser um espaço que deve contribuir para grande parte da formação desse jovem, sendo assim, auxiliando de forma responsável na sua formação moral e ética. Pensando nisso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), definiu as normas que possibilitaram a criação da escola como esse espaço.

“A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.” (ONU, Declaração Universal de Direitos Humanos. Art. 26, inciso 2. 1948).

Adotando os princípios elencados para a garantia dos direitos básicos e universais na declaração, o Brasil define constitucionalmente a escola como um direito social que deve ser garantido pelo Estado, acompanhado pela família e incentivado pela sociedade. O ensino deve ser ofertado de forma a assegurar a igualdade de acesso, a liberdade de pensamento, ensino e aprendizagem e o respeito à pluralidade.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Art. 205º; Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto; Seção I - Da educação; Constituição Federal de 1988).

Dentro desse ambiente de diversidade de crenças o ensino religioso é caracterizado como sendo facultativo e garantidor do princípio de não ser caracterizado como ensino de uma prática religiosa em si, mas de forma a abranger as religiões como um todo. Isso se deve ao fato do respeito a todas as religiões, bem como o princípio do não incentivo por parte do corpo docente a uma prática religiosa em si. Essa definição é encontrada na Constituição Federal de 1988 em seu primeiro inciso do Art. 210º onde ficou definido que “*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*”.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, dispõe sobre a regulamentação do ensino no território nacional. Em seu primeiro artigo, define a educação como um processo de formação que é influenciado e incentivado por diversos contextos, seja o familiar, o escolar, a convivência em sociedade, os aspectos culturais e ideológicos. Desse modo a educação deve garantir os diferentes aspectos fundantes do ser em formação.

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Art. 1º; Título I - Da educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996).

No Artigo 3º, Título II, que define os princípios pelos quais a educação deve se pautar são mencionados aqueles que irão garantir um ensino democrático. Tais princípios são de grande importância para um novo olhar na educação, tendo em vista o fato da escola ser um espaço de igualdade e de garantia de direitos.

“I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - Garantia de padrão de qualidade; X - Valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Art. 3º; Título II - Dos princípios e fins da educação nacional).

Nesse sentido, a escola deve ser entendida como um espaço democrático, o qual deve respeitar as diferenças presentes no cotidiano, bem como assegurar a formação para a cidadania. O espaço que garante a educação da criança ou jovem em formação, possui grande influência sobre o futuro daquele ser, tanto no sentido de formação acadêmica em relação a aprendizagem de certos conteúdos, como também na formação de pessoas mais tolerantes e com maior respeito à diversidade.

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (Art. 22º; Capítulo II - Da educação básica; Seção I - Das disposições gerais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996).

### **3.4. Educação em direitos humanos.**

Para discutir o tema de educação em direitos humanos é necessário iniciar o debate a partir do âmbito internacional, que deu origem à discussão do tema, bem como de uma série de legislações necessárias para dar início a implementação de objetos de garantia desses direitos dentro da escola.

O primeiro documento a ser mencionado é a Declaração Universal de Direitos Humanos, esse define os direitos humanos básicos para toda a população. Sendo um documento confeccionado pela Organização das Nações Unidas (ONU), contou com a ajuda de pessoas de todo o mundo para a sua elaboração, sendo finalizada e adotada no dia 10 de dezembro de 1948.

“A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.” (Artigo 26, inciso 2. Declaração Universal de Direitos Humanos. 1948. p. 14).

Segue-se então com o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que foi adotado na XXI Assembleia-Geral das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1966, este possui o objetivo de consolidar uma série de direitos pré-estabelecidos nas declarações publicadas anteriormente pela ONU, dentre eles os direitos econômicos, sociais e culturais.

“1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz[...] 2.Nenhuma das disposições do presente artigo poderá ser interpretada no sentido de restringir a liberdade de indivíduos e de entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1 do presente artigo e que essas instituições observem os padrões mínimos prescritos pelo Estado.” (Art. 13, Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Em 19 de dezembro de 1966).



Posteriormente foi realizada a Convenção sobre os direitos da Criança, que aconteceu em 20 de novembro de 1989, e aprovada através da Assembleia Geral das Nações Unidas, essa visa também a proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo assim, especificou dentre seus artigos as medidas a serem tomadas no quesito educação.

“1. Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de: a) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial; b) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua; d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena; e) imbuir na criança o respeito ao meio ambiente. [...] 2. Nada do disposto no presente artigo ou no Artigo 28 será interpretado de modo a restringir a liberdade dos indivíduos ou das entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1 do presente artigo e que a educação ministrada em tais instituições esteja acorde com os padrões mínimos estabelecidos pelo Estado.” (Artigo 29, Convenção sobre os Direitos da Criança).

Após alguns anos foi elaborado o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH. Esse é fruto de uma série de documentos e tendo como base a discussão da educação inclusiva e libertadora, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), as diretrizes aprovadas pelo Comitê sobre os Direitos da Criança, a Declaração e Programa de Viena (1993), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1994), a Declaração e o Plano de Ação Integrado sobre Educação para a Paz (1995), e o Fórum Mundial sobre a Educação (2000).

“Em 10 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o Programa Mundial para a educação em direitos humanos (em andamento desde 2005) com o objetivo de promover a aplicação de programas de educação em direitos humanos em todos os setores.” (Plano de Ação para 2005-2007; Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos; 2004; p.2)

O debate da educação inicia-se com a discussão sobre o que seria uma educação em direitos humanos e como ela seria pouco a pouco introduzida até ser realizada de forma plena e correta. Sendo assim, a educação em direitos humanos é voltada para um mecanismo de garantia de direitos.

“A educação em direitos humanos tem como objetivo fomentar o entendimento de que cada pessoa compartilha a responsabilidade de conseguir que os direitos humanos sejam uma realidade em cada comunidade e na sociedade em seu conjunto. Neste sentido, contribui para a prevenção em longo prazo dos abusos de direitos humanos e dos conflitos violentos, para a promoção da igualdade e o desenvolvimento sustentável e para o aumento da participação das pessoas nos processos de adoção de decisões dentro dos sistemas democráticos.” (Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos; 2009; p.9)

O programa tem como uma das principais discussões o Marco de Ação de Dakar sobre Educação para Todos e pauta-se na discussão de uma educação que direcione os educandos para o desenvolvimento sustentável, além dos direitos humanos. Este último é entendido como um tema de extrema necessidade para a formação de crianças e jovens que estão sendo influenciados constantemente por tudo aquilo que os rodeia. Para proporcionar um conteúdo humanista, a educação em direitos humanos é uma forma de garantir uma formação cidadã e inclusiva.

“A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados.” (Plano de Ação para 2005-2007; Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos; 2004; p. 1)

É proposto ao longo de seu texto um plano de ação dividido em etapas, sendo a primeira etapa o foco de discussão do presente trabalho. Esta é intitulada como um “plano de ação para a educação em direitos humanos nos sistemas de ensino primário e secundário”, e possui como enfoque a garantia de que as formas de ensino e os materiais didáticos, tanto no ensino primário quanto secundário colaborem para uma educação voltada para os direitos humanos, por meio da conscientização dos profissionais de ensino e dos alunos.

“Aproveitando as bases estabelecidas durante a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004), esta nova iniciativa reflete o reconhecimento cada vez maior, por parte da comunidade internacional, de que a educação em direitos humanos produz resultados de grande alcance. Ao promover o respeito da dignidade humana e a igualdade, bem como a participação na adoção democrática de decisões, a educação em direitos humanos contribui para a prevenção em longo prazo de abusos e de conflitos violentos. Para contribuir para que o pleno gozo dos direitos humanos seja uma realidade em todas as comunidades, o Programa Mundial tem como objetivo promover o entendimento comum dos princípios e metodologias básicos da educação em direitos humanos, proporcionar um marco concreto para a adoção de medidas e reforçar as oportunidades de cooperação e associação, desde o nível internacional até o nível das comunidades.” (Plano de Ação para 2005-2007; Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, 2004, p.2)

O plano de educação atribuiu um tempo de execução para que as instituições de ensino se adequassem aos princípios e diretrizes em seu conteúdo, para isso foi necessária a definição de uma série de objetivos gerais e específicos que pudessem orientar esse processo, para que não houvessem divergências e interpretações errôneas sobre o conteúdo e objetivo.

“Considerando os objetivos gerais do Programa Mundial para a educação em direitos humanos (veja a seção I acima), este plano tem como objetivo alcançar os seguintes conteúdos concretos: a) promover a inclusão e a prática dos direitos humanos nos sistemas de ensino primário e secundário; b) apoiar a elaboração, adoção e aplicação de estratégias nacionais de educação em direitos humanos que sejam gerais, eficazes e sustentáveis nos sistemas de ensino, ou a revisão e o aperfeiçoamento das iniciativas existentes; c) oferecer diretrizes sobre componentes decisivos da educação em direitos humanos no sistema de ensino; d) facilitar às organizações locais, nacionais, regionais e internacionais a prestação de apoio aos Estados Membros; e) apoiar a criação de redes e a cooperação entre as instituições locais, nacionais, regionais e internacionais.” (Plano de Ação para a Primeira Etapa (2005-2007) do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos; Segundo Capítulo; p.16)

Cada país que participou da construção do documento, bem como se comprometeu em realizar as propostas ali elencadas, ficou responsável pela execução da primeira etapa do programa em seu território, que consistiu elaboração de um plano nacional de educação em direitos humanos, este seria adaptado de acordo com características de cada localidade, mas comprometendo-se em manter os princípios básicos propostos pelo programa.

No ano de 2003 foi elaborada a primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Este foi alvo de discussão em seminários estaduais com membros de órgãos públicos e da sociedade civil, cujas contribuições foram sistematizadas na segunda versão do PNEDH em 2006, ocasião em que a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação uniram forças em prol de sua divulgação.

“O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, está apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarcando a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos e na Década da Educação em Direitos Humanos, prevista no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e seu Plano de Ação. São objetivos balizadores do PNEDH conforme estabelecido no artigo 2º: a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. Assim, a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Apresentação, página 24, Brasil, 2007).

Este consiste em um plano que estabelece cinco áreas prioritárias, com destaque para a educação básica como capaz de garantir uma educação igualitária, inclusiva e respeitosa para com todas as formas de diversidade presentes no âmbito escolar. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos possui uma série de objetivos que em conjunto com as diretrizes propostas na LDB auxiliam no desenvolvimento de uma educação capaz de garantir a dignidade e cidadania dos educandos.

“O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 11)

A proposta do PNEDH está pautada na ideia comprometida com os direitos humanos, com o respeito à igualdade e à diferença perante os diferentes grupos sociais, e reconhecendo a necessidade de construir uma cultura de direitos humanos no país, tendo em vista as graves violações cometidas principalmente por agentes do Estado.

“No Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, a temática dos direitos humanos adquiriu elevada significação histórica, como resposta à extensão das formas de violência social e política, vivenciadas nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, persiste no contexto de redemocratização a grave herança das violações rotineiras nas questões sociais, impondo-se, como imperativo, romper com a cultura oligárquica que preserva os padrões de reprodução da desigualdade e da violência institucionalizada.” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 22)

A necessidade de formação dos cidadãos, bem como a conscientização sobre as desigualdades sociais existentes, além das diferentes formas de opressão e exclusão é uma tarefa fundamental da educação. A criança vista como o futuro da sociedade deve ser educada de forma a respeitar a diversidade, exercitar a liberdade e entender a importância da igualdade e da diferença, para que possa em um contexto de luta diária ir modificando as práticas de preconceito, discriminação e intolerância.

“Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras.” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 23)

### **3.5. Candomblé como prática religiosa de matriz africana**

Dentro do contexto histórico e social brasileiro sempre estiveram presentes grandes diversidades étnica, cultural e religiosa, na qual estão inseridas as religiões de matriz africana. Entende-se como religião de matriz africana aquela que descende de países africanos e que possuem a incorporação de elementos nacionais, ou seja, religiões que dispõem da essência, crença e rituais litúrgicos oriundos de religiões tradicionais africanas. A principal justificativa encontrada para o tráfico de escravos oriundos da África se apoiava no pensamento de catequização dos índios, os quais eram vistos como selvagens com possibilidade de salvação, diferente dos negros.

“O tráfico de negros, cujos braços iriam substituir os dos índios, insuficientes e ineficazes, iria durar três séculos, oficialmente aprovado pelos governos, e prosseguiria clandestinamente meio século a mais.” (VERGER, Pierre. Tráfico de escravos e candomblé. P. 20)

Tendo em vista o constante fluxo de navios negreiros, nestes havia uma grande diversidade de povos africanos em seu interior, vindos de diferentes partes da África. Como afirmou Verger (2012) em seu livro “Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia, e na Antiga Costa dos Escravos, na África”, o tráfico alcançava africanos das mais diversas nações, de Cabo Verde (costa ocidental) a Moçambique (costa oriental), tendo como pontos principais a Costa do Ouro, a Costa dos Escravos, e a Costa de Angola, as quais eram pontos em que os navios eram abastecidos com negros ‘sudaneses’ e ‘bantos’. Deste modo, foram sendo trazidas para o Brasil, diversas nações de negros, estando em maior número as: Nagô, Iorubá, Angola e Jêje.

“Antes de tudo, especifiquemos parcialmente a heterogeneidade dos grupos africanos que se viram escravizados, alimentaram o comércio negreiro transatlântico por mais de três séculos e se mesclaram com outras matrizes étnico-culturais. Essa multiplicidade de etnias, representativas do contingente de escravos que aportou no Brasil, ainda hoje, por exemplo, se faz sentir quando identificamos as nações que integram o Candomblé: Ketu (africanos que falavam o iorubá e habitavam o sudeste de Benin, na região de fronteira com a Nigéria), Jêje (Togo, Gana, Benin e regiões vizinhas), Angola e Efon.” (Cap. 1 África e Brasil: aspectos históricos e culturais da religiosidade afrodescendente no Planalto Central. Livro do IPHAN. p 27).

A distribuição desses povos chegando aos portos da Bahia e sendo distribuídos nas diversas regiões brasileiras, não ocorreu de forma linear e organizada, ou seja, povos de uma mesma nação eram separados, e formando-se grupos de diversas nações, muitas vezes rivais. Essa separação não aconteceu de forma aleatória, a mistura dos povos foi pensada de forma a evitar revoltas por parte dos negros em relação aos senhores de escravos.

“Em complemento ao drama e à violência que caracterizam o tráfico de escravos, importa reconhecermos, sobretudo que as comunidades negras transplantadas, conforme registramos, viam-se combinadas entre si e dispersas etnicamente, fatores que num primeiro olhar, de modo danoso, contribuíram com o esmaecimento das identidades e com a fragilização dos índices culturais originários da África. Diante desses fatos, impunha-se à população negra o estabelecimento de novas formas de organização e estratégias que lhe possibilitasse se adaptar à realidade adversa a que eram submetidos.” (IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais - Terreiros do Distrito Federal e Entorno. Cap. 1. p 27 - 30).

Um exemplo dessa separação pensada previamente, como mostra Verger (2012), foi o envio de dois embaixadores do rei de Daomé<sup>4</sup> à Bahia como forma de oficializar o tráfico negreiro propondo fidelidade e exclusividade. Essa proposta foi prontamente negada tendo em vista o grande medo de futuras revoltas por parte de grandes grupos de uma mesma nação. No ano de 1846, Portugal aderiu à Convenção de Viena, abolindo definitivamente o tráfico de negros. Apesar desse fato, o tráfico continuou ocorrendo de forma clandestina em diversos países, sendo aos poucos findado. Na América do Sul, o tráfico permaneceu durante algum tempo nas regiões do Brasil e Cuba. Tal fato corroborou para um número ainda maior de nações no país.

Pensando no modo como a separação se tornaria prejudicial para os diversos povos africanos, estes passaram a travar uma luta diária contra o esquecimento de suas origens, bem como para a manutenção do pouco que havia sobrado do continente africano em seus espaços de resistência. Sendo assim, esses povos colocaram em prática a troca tanto de informações quanto de aprendizagens, como forma de preservar a essência ritualística das religiões praticadas em seus locais de origem. A autopreservação dos costumes e cultura dessa população proporcionou o surgimento de pequenas Áfricas dentro do Brasil, por meio da criação das comunidades quilombolas.

“Desse modo, recriaram-se os espaços originais da África sob a forma das comunidades quilombolas, de terreiros de Candomblé e demais formações que assinalam a resistência dos povos de origem africana, preocupados com a preservação de suas concepções de mundo e hábitos cotidianos. Estava em jogo a manutenção de suas memórias e demais referências culturais. Tratava-se de uma questão de sobrevivência cultural. Por essa razão a formação de comunidades em que os elementos identitários dos grupos étnicos africanos, já combinados, pudessem ser preservados ou mesmo redefinidos com base nas tradições mantidas nas memórias desse povo. Nesse sentido, as comunidades-de-terreiro, tradicionalmente, simbolizam e se portam como uma recriação da África no Brasil. Reinvenção e resistência culturais conformam um par inabalável e que dá o tom preciso do valor expresso pela religiosidade afrodescendente em terras brasileiras.” IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais - Terreiros do Distrito Federal e Entorno. Cap. 1. p 27 - 30).

Os Candomblés<sup>5</sup> surgiram através dos processos de resistência desses povos africanos, e da união de seus diversos processos ritualísticos que foram indispensáveis

---

<sup>4</sup> Reino monárquico africano entre o período do século XVII e XX, situado na região que encontra-se atualmente Benim.

<sup>5</sup> O termo será utilizado no plural tendo em vista a grande diversidade de nações e rituais que formam os candomblés;

para a manutenção da cultura africana no Brasil. Estes, mesmo após serem submetidos aos rituais da Igreja Católica, permaneceram expressando suas manifestações de fé em seus idiomas de origem.

“Voltando aos batuques aprovados pelo conde dos Arcos, a constituição dessas sociedades de divertimentos teve como resultado mais claro manter o culto às divindades africanas. Todos esses negros haviam sido batizados, mas permaneciam ligados as suas antigas crenças. Essas associações lhes permitiam manifestá-las às claras. Suas cantigas e suas danças, que aos olhos dos senhores pareciam simples distrações de negros nostálgicos, eram, na realidade, reuniões nas quais eles evocavam os deuses da África.” (VERGER, Pierre. Tráfico de escravos e candomblé. P. 23)

Como forma de manutenção dessa manifestação religiosa, os negros passaram a incorporar elementos da religião católica, sendo assim, os senhores de escravos, por não conhecerem os idiomas falados pelos diversos povos, acabavam sendo enganados pelos negros ao serem questionados. Todo esse processo deu origem ao sincretismo religioso, que foi responsável pelo surgimento de religiões como a Umbanda e suas ramificações.

“Quando o senhor passava ao lado de um grupo no qual eram cantados a força e o poder vingativo de Sango, o trovão, ou Oya, divindade das tempestades e do rio Niger, ou de Obatalá, divindade da criação, e quando ele perguntava o significado daquelas cantigas, respondiam-lhe sem falta: ‘Yoyo, adoramos à nossa maneira e em nossa língua São Jerônimo, Santa Bárbara ou o Senhor do Bonfim’. É que cada divindade africana havia sido assimilada aos santos e virgens da religião católica. Foi assim que, ao abrigo de um aparente sincretismo, as antigas tradições mantiveram-se através dos tempos.” (VERGER, Pierre. Tráfico de escravos e candomblé. P. 23-24)

A palavra candomblé não é utilizada no continente africano, muito recentemente, foi especificada a origem e sua significação, sendo assim, entendeu-se que esta advém da junção de duas palavras do quimbundo<sup>6</sup> e do Iorubá.

“(1) Tradição religiosa de culto aos orixás jeje-nagôs. (2) Celebração, festa dessa tradição; xirê<sup>7</sup>. (3) Comunidade-terreiro onde se realizam essas festas - De origem banta, mas de étimo controverso. Para A. G. Cunha é híbrido de *candombe* mais o iorubá *ilê*, casa[...].” (Lopes, Nei. Novo Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro. Pallas. 2003. p. 63)

A primeira palavra Candombe é utilizada para a expressão ‘Batuque’ ou ‘dança de negros’, sendo assim entende-se que a junção dessas duas expressões de idiomas

---

<sup>6</sup> Idioma de origem Banto, falado em Angola pelos povos Ambundo.

<sup>7</sup> Ritual realizado dentro da religião; dança; festa dedicada às divindades;



distintos deu origem ao que seria conhecido como ‘Casa de batuque’ ou ‘Casa de Dança de Negros’, candomblé. Já em seu livro “Dicionário Escolar Afro-Brasileiro, Nei Lopes define candomblé como sendo:

“Nome genérico com que, no Brasil, se designam o culto aos orixás iorubanos e jejes e algumas formas dele derivadas, manifestadas em diversas nações. Por extensão, celebração festa dessa tradição, xirê; comunidade-terreiro onde se realizam essas festas. A modalidade original consiste em um sistema religioso autônomo e específico que ganhou forma e se desenvolveu no Brasil, a partir da Bahia, com base em diversas tradições religiosas de origem africana, notadamente da região do golfo da Guiné.” (LOPES. Nei. Dicionário Escolar Afro-Brasileiro [recurso eletrônico]. 2014. p. 69)

Para Verger, a palavra candomblé possui um significado mais filosófico, sendo:

“*Candomblé* é o nome dado na Bahia às cerimônias africanas. Ele representa, para seus adeptos, as tradições dos antepassados vindos de um país distante, fora de alcance e quase fabuloso. Trata-se de tradições, mantidas com tenacidade, e que lhes deram força de continuar sendo eles mesmos, apesar dos preconceitos e do desprezo de que eram objeto suas religiões, além da obrigação de adotar a religião de seus senhores.” (VERGER, Pierre, 2012. p. 24)

Como mencionado anteriormente, o sincretismo foi uma forma encontrada para encobrir a crença diante das diversas perseguições recorrentes na época, bem como para garantir que não houvessem mais perdas de tradições e rituais praticados por eles. Este aconteceu através da incorporação de elementos culturais brasileiros e símbolos religiosos cristãos, como a atribuição de cada imagem de divindades litúrgicas a santos conhecidos e devotados no catolicismo. E após alguns anos com a incorporação da religião espírita kardecista, foram surgindo novas religiões também conhecidas como sendo de matriz africana, como a Umbanda.

“A umbanda é então a religião que foi criada no Brasil, amalgamando saberes africanos e indígenas com o saber europeu, por meio do sincretismo com a religião católica.” (BARROS, M. O candomblé bem explicado [versão digital]. Cap. 1, p. 30)

Por ser a Bahia um local onde desembarcavam os negros recém-chegados da África e uma maior miscigenação, contribuiu para que nesse Estado houvesse uma maioria de adeptos a religião e cultura africanas. Os candomblés seguiram então sendo difundidos em diversos Estados brasileiros.

“Geograficamente, pelo seu tamanho, o país inviabilizou que muitos grupos conseguissem se reencontrar. Com o passar do tempo, com a perda dos mais velhos e, conseqüentemente, dos grandes conhecimentos, pequenos grupos étnicos

minguaram ou mesmo sumiram. Alguns outros tiveram que abraçar e adotar conhecimentos de outras nações-irmãs para subsistir e dar continuidade ao seu culto. Todas estas nações deixaram marcas da sua presença na vida dos portugueses e, mais tarde, na dos brasileiros.” (BARROS, M. candomblé bem explicado - capítulo 1, p. 34)

Como mencionado anteriormente, candomblé e umbanda são religiões distintas e apesar de seguirem uma linha de origem em cultos africanos, ou seja, ambas sendo de matriz africana, elas divergem em uma série de elementos. Sendo assim, candomblé é uma religião que cultua divindades<sup>8</sup>, estes, são forças da natureza que de acordo com a mitologia, foram responsáveis pela criação do mundo e a administração de diversos acontecimentos e elementos da natureza. Tendo em vista as diversas mudanças realizadas como forma de preservação da cultura, os candomblés em relação às religiões de matriz africana foram os que menos se modificaram ao longo dos anos. Optando por não aderir de forma ampla aos elementos sincretizados por outros segmentos, a fim de preservar tradições, rituais, filosofia, dogmas e fundamentos.

Por ter sido uma religião que foi sendo formada ao longo do período de escravidão através da junção de cultos realizados por povos de diferentes regiões africanas e por ter tido a incorporação de alguns elementos nacionais, esta não pode ser entendida como uma religião africana, por isso são denominadas como religiões de matriz africana.

“Na África não se conhece o culto chamado candomblé, pois esta designação é somente brasileira; lá o que existe é o culto às divindades, individualizado por regiões, cidades e até mesmo famílias. Naquele continente a religião dos orixás, voduns ou inquices, em muitas cidades, faz parte integrante e importante da vida social das pessoas. No Brasil, os negros que para cá foram trazidos, sentindo a necessidade e procurando salvaguardar suas tradições, recriaram um ritual bem próximo ao que realizavam na terra-mãe. E, com certeza, conseguiram, pois o candomblé pouco perdeu suas características fundamentais e tradicionais.” (BARROS, M. O candomblé bem explicado [versão digital]. Cap. 1, p. 31)

Desde o seu surgimento, os candomblés passaram por diversas formas de ataque e tentativas de extinção da religião, seja por meio de ataques policiais, por tentativas de catequização e proibições de realização pública do culto. Ao longo dos anos, os terreiros de candomblé foram conseguindo espaço para a realização de suas práticas religiosas. Percebe-se então, que os diversos ataques realizados atualmente às diversas religiões de

---

<sup>8</sup> A nomenclatura dessas divindades difere de acordo com a nação, sendo Orixá para a nação Ketu e Nagô, Inquice para a nação Angola, e Vodun para a nação Jeje.

matriz africana, ocorriam nos momentos de formação e das tentativas de afirmação e reconhecimento. Essas formas de ataque legitimadas pelo poder da igreja ao afirmarem tais formas de credo como sendo “demoníacas”, são repetidas ainda hoje, também sendo legitimadas por diversos âmbitos da sociedade.

### 3.6. Intolerância com religiões de matriz africana nas escolas

Para iniciar o debate sobre intolerância religiosa é necessário falar sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, mais especificamente de seus artigos 12 e 18. Ambos elencam a defesa do direito à liberdade, bem como a punição quando este direito é violado.

“Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.” (ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos. 1948. Art. 12º)

Essa violação do direito à liberdade não é pensada apenas no sentido de crimes relacionados a casos de cunho material ou financeiro, mas no que tange a liberdade de pensamento, crença e convicção. Quando essa é cerceada, não é apenas uma forma de intolerância como também um ataque direto à honra de uma pessoa e à sua fé.

“Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos” (ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos. 1948. Art. 18º)

Segue-se então para a definição do conceito “tolerância” no dicionário de filosofia, tendo em vista a necessidade deste para debate sobre a intolerância religiosa nos diversos âmbitos. Sendo assim, este é definido como:

“**Tolerância.** (in. Toleration; fr. Tolérance; al. Toleranz; it. Tolleranza). Norma ou princípio de liberdade religiosa. [...] Desde que essas lutas se iniciaram, a T. foi entendida como coexistência pacífica entre várias confissões religiosas, sendo hoje entendida, em sentido ainda mais geral, como coexistência pacífica de todas as possíveis atitudes religiosas. O critério para verificar se essa exigência esta sendo realizada nas situações históricas ou políticas é um só: a sua realização significa que o cidadão não sofre violência, inquirição jurídica ou policial, diminuição ou perda de direitos ou qualquer tipo de discriminação em virtude de suas convicções, positivas ou negativas, em matéria religiosa. (ABBAGMANO, Nicola. Dicionário de filosofia. S. Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 961)

A palavra tolerância como definida acima remete ao caráter de aceitação das diferenças, mais especificamente das diferenças religiosas. Entende-se então a tolerância como uma virtude a ser preservada e cultivada no cotidiano e nos diferentes âmbitos da vida em comunidade. Essa é fundamental para a manutenção de uma convivência saudável em meio a grupos diversos na sociedade sendo capaz de impedir comportamentos prejudiciais.

“É aqui que entra a tolerância. Pois a tolerância é a capacidade de manter, positivamente, a coexistência difícil e tensa dos dois pólos, sabendo que eles se opõem, mas que compõem a mesma e única realidade dinâmica.” (BOFF, Leonardo, 2006. p. 79)

Como antítese ao princípio da tolerância, a intolerância surge com um caráter negativo, o que é potencializado pela diversidade presente na sociedade, além desse fator, o caráter impositivo de alguns adeptos em relação às religiões hegemônicas, contribui para a reprodução constante de atos de intolerância, bem como de discursos de ódio e violência.

“A intolerância constitui o risco permanente. Ela reduz a realidade, pois assume um pólo e nega o outro. Coage a todos a terem a mesma atitude. É assim que nasce o fundamentalismo e o dogmatismo. Ao tornarem absoluta uma verdade, se condenam à intolerância e passam a não reconhecer e a respeitar a verdade do outro.” (BOFF, Leonardo, 2006. p. 79)

O fundamentalismo religioso<sup>9</sup> tende a resultar em atos de violência, colaborando para um sentimento de ódio entre os seguidores de uma determinada crença para com outra. Quando uma crença passa a diminuir e negar outra, esta passa a ter um caráter negativo, muitas vezes gerando consequências para aqueles que possuem pensamentos divergentes dessa corrente. O fundamentalismo religioso tende estabelecer um pensamento e seguimentos hegemônicos, os quais não podem ou devem ser discordados ou questionados. A partir do momento em que a liberdade de escolha é cerceada e o caráter impositivo é implementado e disseminado entre seus seguidores, os atos de violência tendem a uma maior possibilidade de acontecer, por meio de discussões, agressões verbais ou físicas, o que gera um constrangimento e uma forma de denegrir a imagem do outro e de tudo aquilo em que ele acredita.

Desde o início do culto às divindades de matriz africana houve por parte de

---

<sup>9</sup> Termo usado como referência para uma interpretação literal de livros sagrados, bem como a crença nessa interpretação. O fundamentalismo religioso está presente em diversas crenças, e tendem a impor regras e costumes a serem seguidos de forma rigorosa e impositiva, possuindo um caráter negativo para aqueles que não seguem seus dizeres.

religiões cristãs a não aceitação destas na sociedade. Aquelas características culturais presentes no cotidiano das populações escravizadas eram marginalizadas e tidas como negativas. Eis que com o passar dos anos a discussão sobre tolerância passou a ganhar força em meio à sociedade e ganhar voz no que tange às diversas religiões. As religiões afro foram ganhando espaço na sociedade e obtendo direitos de realização de culto aberto bem como seus membros adquiriram o direito de circular livremente adornando elementos da religião. As constituições foram de grande importância para legitimar essa série de direitos conquistados, bem como para garantir proteção perante a lei<sup>10</sup>.

Infelizmente o caráter tolerante de participantes de religiões cristãs em relação a religiões de matriz africana permaneceu apenas em forma de normas de conduta social, tendo em vista os diversos casos de atitudes intolerantes e preconceituosas. Vagner Gonçalves da Silva<sup>11</sup>, em seu texto “*Prefácios ou Notícias de uma Guerra Nada Particular - Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-Brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil*”, no livro “*Intolerância Religiosa - Impactos do neopentecostalismo*”<sup>12</sup> no campo religioso afro-brasileiro” (São Paulo, 2007) aborda seis formas de ataques a esse grupo religioso, exemplificando-os com casos ocorridos e noticiados.

A primeira forma de ataque é aquela que ocorre no cotidiano das práticas religiosas dentro das igrejas neopentecostais, essas utilizam-se dos meios de comunicação como forma de difundir a crença de surgimento de todos os males presentes, consequência da presença das religiões afro e seus rituais. Os diferentes livros, jornais e meios de comunicação que transitam diariamente em todos os âmbitos da sociedade perpetuam essa crença e contribuem para as diversas ocorrências dos preconceitos.

A segunda forma ocorre por meio das agressões físicas aos templos religiosos, bem como aos adeptos dessas religiões de matriz africana. Diversos casos recém ocorridos em múltiplas regiões brasileiras de vandalismo confirmam o caráter agressivo ao qual a intolerância religiosa vem ganhando, bem como o surgimento da teoria de início de uma nova “guerra santa”. A terceira forma de intolerância acontece no âmbito

---

<sup>10</sup> Esse fato pode ser visto no ponto ‘3.1. O direito de liberdade ao culto e o ensino religioso dentro das constituições brasileiras’.

<sup>11</sup> Professor associado e pesquisador no Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade de São Paulo. Organizador do livro “Intolerância Religiosa - Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro”.

<sup>12</sup> Definição utilizada para nomear a fase atual do movimento pentecostal.

público, por meio de vandalismo às imagens símbolos da religião, bem como aos rituais. O caso da imagem de Oxalá<sup>13</sup> em Brasília, a qual ficou danificada após um incêndio proposital<sup>14</sup> exemplifica essa forma de intolerância.

A quarta forma de intolerância ocorre no cotidiano com a desvalorização de símbolos de origem africana, mesmo que esses símbolos não tenham caráter religioso. Tal fato leva em consideração o racismo como forma operante da intolerância, levando em consideração o fato de estarem ligados a cultura negra. A quinta forma de ataque ocorre por meios políticos, tendo em vista a crescente onda de políticos cristãos e a denominada “bancada evangélica”. A sexta e última forma apresentada pelo autor está ligada a reação por parte dos membros das religiões de matriz africana frente às diversas formas de preconceito. Apesar de haver um aumento no número de reações por parte do público alvo, essas ainda constituem um número muito pequeno frente à população cristã e suas constantes tentativas de deslegitimação das religiões afro.

Tendo como referência o caso da Mãe Gilda, Iyálorixá do Terreiro Abassé de Ogum, a qual faleceu após ser alvo de diversos casos de intolerância religiosa. O caso com maior repercussão foi em 1999 em uma matéria do Jornal Folha Universal, intitulada de “*Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida de clientes*”, a qual tinha uma foto de Mãe Gilda para estampar a matéria. A Iyálorixá faleceu no ano 2000. O caso foi levado à justiça pelos filhos de Mãe Gilda, e perdurou até o ano de 2009, no qual a Igreja Universal foi condenada a pagar uma indenização para filhos, bem como publicar retificações sobre a Mãe de Santo em seu jornal. No dia 27 de dezembro de 2007, tendo como base esse e outros casos de intolerância religiosa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa<sup>15</sup>.

“Art. 1º - Fica instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro.

Art. 2º - A data fica incluída no Calendário Cívico da União para efeitos de comemoração oficial.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (Lei Nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007)

Como debatido anteriormente, por ser um espaço de garantia dos direitos

---

<sup>13</sup> Orixá do panteão afro.

<sup>14</sup> Fonte: RODRIGUES, Mateus. “Incêndio destrói imagem de Oxalá na Praça dos Orixás, em Brasília”, *GI*, abril de 2016. Acesso em: 11/04/2016.  
<[Http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/incendio-destroi-imagem-de-oxala-na-praca-dos-orixas-em-brasilia.html](http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/incendio-destroi-imagem-de-oxala-na-praca-dos-orixas-em-brasilia.html)>.

<sup>15</sup> Lei N 11.635, de 27 de dezembro de 2007.

fundamentais, bem como de respeito às diferenças, a escola é um local onde a presença da tolerância se faz necessária. Quando há a presença de comportamentos intolerantes nesse ambiente, seja por parte do corpo docente escolar ou pelos educandos, a influência negativa vai de contramão a visão de uma educação em direitos humanos propostas pelo plano nacional, programa mundial, e declaração de direitos humanos mencionados anteriormente.

Além de possuir um caráter preconceituoso, as práticas intolerantes são marcas que serão carregadas pelo resto da vida daqueles que são alvos dessas atitudes. Por ser a religião de matriz africana um dos maiores alvos de intolerância religiosa, o ambiente escolar, pode ter dificuldades em pensar propostas de combate para essas práticas, e, sem perceber, negligenciar casos de intolerância. As práticas religiosas hegemônicas como a católica e a protestante contribuíram para uma maior discriminação em relação às religiões de matriz africana, dentre elas o candomblé.

“Por mais que demonizassem as religiões afro-brasileiras e espíritas, as lideranças dessas igrejas pentecostais não as atacavam direta, pública, sistemática e até fisicamente como veio a ocorrer a partir dos anos de 1980. Seu papel nesses sentiu consistiu, sobretudo, em pavimentar o terreno para a posterior radicalização empreendida pela Universal do Reino de Deus, que não só tornou a demonização aos cultos afro-brasileiros um de seus principais pilares doutrinários como partiu para o *confronto direto* contra eles, elevando a hostilidade a esses grupos religiosos a um patamar inédito na história do pentecostalismo brasileiro.” (MARIANO, Ricardo. 3 – Pentecostais em Ação, a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: Intolerância Religiosa, Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 2007. P. 13)

Uma criança ao ser iniciada na religião passará por rituais que necessitarão de comportamentos a serem realizados diariamente, utilizar a vestimenta característica ou roupas de cor branca, utilizar elementos ritualísticos como o contra-egum<sup>16</sup>, por estarem com a cabeça raspada não poderão pegar sol ou sereno. Tais comportamentos, por não serem frequentes no cotidiano causam estranhamento e consequentemente poderão ser alvos de preconceito e intolerância.

Um caso emblemático de intolerância religiosa envolvendo uma criança foi o da candomblecista Kailane Campos, que foi apedrejada na cabeça na saída do culto. O caso ocorreu no dia 14 de junho de 2015, no subúrbio do Rio de Janeiro. A reportagem

---

<sup>16</sup> Fio feito de palha da costa trançada com a finalidade de proteção.

*“Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada”*<sup>17</sup>, disponível no site do G1, trouxe em seu interior relatos de como os agressores após cometerem o ato, ergueram as Bíblias e pronunciaram frases como *“Vai pro inferno”*, *“Jesus está voltando”*, dentre outros xingamentos, além das frases de discurso de ódio e o ato de violência, a intolerância sofrida por Kailane deixou marcas muito maiores do que as físicas, como psicológicas e emocionais, em seu relato para o site, a entrevistada afirmou *“Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que eu fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil tirar da memória.”*

Além do caso mencionado que foi veiculado nos meios midiáticos, muitos outros ocorreram e não foram noticiados ou até mesmo denunciados, passando despercebidos como apenas mais um acontecimento cotidiano na vida de candomblecistas. Como na reportagem, a menina, na época com 11 anos, foi uma dentre diversas vítimas de intolerância religiosa. Tendo em vista os crescentes atos de intolerância religiosa, torna-se necessário que o corpo docente escolar seja capaz tanto de prevenir tais comportamentos intolerantes como também de tomar atitudes que possam conter essas práticas preconceituosas no momento em que acontecerem, não somente de forma a finalizar o assunto, mas que também haja uma conscientização dos educandos da diversidade presente na escola e da necessidade de respeito.

#### **4. Análise das entrevistas**

Levando em consideração os dados pessoais dos entrevistados que podem facilitar a sua identificação, como nome, esse dado não será divulgado na pesquisa para a não exposição dos mesmos.<sup>18</sup> Ao longo do debate teórico acerca da intolerância religiosa, da liberdade de crença prevista constitucionalmente, bem como o papel da escola na luta contra a intolerância e os questionamentos que deram início a discussão do tema, surgiu a necessidade de entrevistas com crianças e adolescentes, como forma de embasar por meio de dados a discussão realizada anteriormente.

---

<sup>17</sup> Reportagem disponível no site do G1, < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html> >

<sup>18</sup> Dados como idade e escola serão divulgados tendo em vista a sua importância ao longo da análise dos dados.



#### 4.1. Quadro 1 – Informação sobre a adesão ao candomblé

Você já falou da sua religião para as pessoas, que é candomblecista?	
Entrevistas	Respostas
Entrevista nº 1	<i>Só ‘pra’ um colega.</i>
Entrevista nº 2	<i>Não.</i>
Entrevista nº 3	<i>Não.</i>
Entrevista nº 4	<i>Não. As pessoas não precisam saber da minha vida pessoal.</i>
Entrevista nº 5	<i>Sim, com os amigos, por interesse deles de conhecer a religião. E na época em que fui feito, tive que explicar para eles o que eu estava passando e o que aconteceu comigo.</i>
Entrevista nº 6	<i>Já falei pra algumas pessoas, mas foram poucas.</i>
Entrevista nº 7	<i>Não, nunca falei pra ninguém.</i>
Entrevista nº 8	<i>Eu já falei sim sobre eu ser candomblecista ‘pras’ pessoas, não escondo ‘pra’ ninguém.</i>
Entrevista nº 9	<i>Eu nunca escondi de ninguém que eu sou candomblecista, eu falo sim, pra todo mundo. Todos que quiserem saber, que me perguntarem a minha religião, eu sempre falo que eu sou candomblecista sim, e eu não tenho porque esconder, então eu sempre falo pra todo mundo sim.</i>
Entrevista nº 10	<i>Eu já falei da minha religião pras pessoas, costumo falar muito quando tenho abertura pra isso. E eu gosto de explicar pras pessoas pra elas entenderem mesmo.</i>

Pode ser observado no Quadro 1 que 60% dos informantes declararam pertencer ao candomblé sendo que um declarou “só pra um colega” e outro “pra algumas pessoas, mas foram poucas”. Por outro lado, 40% deles não falaram sobre o candomblé para as pessoas da sua convivência social. Contudo, aqueles que esclareceram a respeito do candomblé, tem em geral, uma postura de garantir a visibilidade da sua escolha religiosa.

## 4.2. Quadro 2 – Intolerância religiosa

Você sabe o que é intolerância religiosa? Defina.		
Entrevistas	Respostas	
Entrevista nº 1	...	Não respondeu
Entrevista nº 2	...	Não respondeu
Entrevista nº 3	...	Não respondeu
Entrevista nº 4	Sim	É você falar mal de alguém pela religião dela.
Entrevista nº 5	Sim	Intolerância religiosa pra mim e preconceito religioso é como eu aprendi na escola. Quando as pessoas não te aceitam por ser daquela religião, não querem você por perto, mas não vão te dizer de uma forma educada. Vão te xingar, oprimir, te deixar de lado e muitos tentam falar coisas pra você desnecessárias.
Entrevista nº 6	Sim	Não sei explicar muito bem, mas acho que preconceito é mais ou menos a pessoa não respeitar a sua religião sendo ela de outra religião. Preconceito é não ter respeito.
Entrevista nº 7	Sim	É um tipo de preconceito pela religião da outra pessoa.
Entrevista nº 8	Sim	Inclusive já passei por alguns casos. O preconceito religioso, eu penso assim, que é o 'pré' conceito, é uma opinião e um conceito no qual você tem antes de conhecer algo. Então pra mim o preconceito religioso cabe nesse parâmetro de que pessoas que não conhecem a religião, não tem conhecimento nenhum de como funciona e tem aquele preconceito de julgar que "Ah! O candomblé é da macumba", "faz macumba pros outros", e não saber os benefícios, não olhar o quanto é uma religião, e só quer coisas boas aos membros daquela religião. Então, o preconceito religioso seja isso. Você ter um preconceito com tal pessoa que é candomblecista, você tem um preconceito porque ela é daquela religião, porque você não conhece, mas sabe que as pessoas falam por aí que é da macumba, né?! "Ah! Porque é da macumba". Pra mim o preconceito religioso é esse. E no caso, a intolerância religiosa é quando você nem tolera e nem respeita, isso se encaixa no mesmo parâmetro, por mais que você tenha conhecimento, ou não, você não tolera e nem respeita a religião do próximo e nem aquela pessoa pelo fato de ter escolhido aquele segmento, então pra mim a intolerância religiosa e o preconceito religioso se enquadram nisso.
Entrevista nº 9	Sim	A intolerância religiosa é quando as pessoas não aceitam, não toleram a religião que você segue, acham que apenas a religião delas é a verdade, a única coisa certa que existe e não aceitam outras religiões. Pra mim, intolerância religiosa é isso.
Entrevista nº 10	Sim	Intolerância religiosa é o ato de negação, preconceito religioso é quando uma pessoa não aceita, não respeita, não tolera a decisão do outro quanto à religião. Pra mim, quando eu sofro um ato de intolerância religiosa, é quando a pessoa se mostra realmente preconceituosa, pra ele já é um ato de preconceito. Entendeu?! Porque aí junta o preconceito religioso com o preconceito racial, junta tudo.

A partir do Quadro 2 é possível identificar que 70% dos entrevistados afirmam ter conhecimento do significado do conceito de intolerância religiosa. Sendo assim, é possível interpretar que diante da religião seguida pelos entrevistados, o conhecimento, o debate, ou até mesmo o ouvir falar sobre o tema torna-se algo rotineiro e do cotidiano dessas pessoas. No que tange à definição do que é intolerância religiosa e preconceito religioso, do percentual de 70% respondido, é possível observar que aproximadamente 42,8% das pessoas elencaram em suas respostas a intolerância e o preconceito com os mesmos padrões, ou seja, para eles a falta de respeito é vista tanto como uma forma de intolerância, como uma forma de preconceito.

Outro dado encontrado nas entrevistas de aproximadamente 42,8% dos participantes foi a percepção da não aceitação como uma forma de intolerância, e como uma forma de preconceito, sendo que em uma dessas respostas, o participante elencou tanto o não respeito quanto a não aceitação como definições de preconceito. A não tolerância foi outro fator levantado pelos participantes como definição para a tolerância e para o preconceito. Dentre as outras respostas analisadas é possível perceber a presença de fatores como xingamento, falar mal, tipo de preconceito, o não conhecimento, a aceitação de apenas uma única verdade e o ato de negação. Para fechar a análise da primeira pergunta é possível perceber que ainda há uma confusão de conceitos quando se pensa no real sentido de intolerância e de preconceito.

Ao falar das religiões de matriz africana, para muitos torna-se indissociável o preconceito da intolerância religiosa. O preconceito racial e religioso são conceitos que foram utilizados durante muito tempo nomeando as formas de julgamento realizadas de forma prévia. Ou seja, a partir do momento em que se passa a ter o conhecimento sobre algo, os atos deixam de ser elencados como preconceito, e passam a ser uma forma de intolerância. A intolerância, diferentemente do preconceito é um conceito que passou a ser mais utilizado recentemente, isso se deve ao fato de uma onda crescente de atos de intolerância religiosa, bem como das reações por parte das vítimas. Sendo assim, a fala da última entrevistada ao se expressar sobre o tema, define o pensamento de grande parte da população quando aborda esse assunto “*quando eu sofro um ato de intolerância religiosa, é quando a pessoa se mostra realmente preconceituosa, porque ele já é um ato de preconceito*”.

### 4.3. Quadro 3 – Experiência de intolerância religiosa

Você já sofreu algum ato de Intolerância Religiosa? Relate a situação.		
Entrevistas	Respostas	
Entrevista nº 1	Não	Não se aplica
Entrevista nº 2	Não	Não se aplica
Entrevista nº 3	Não	Não se aplica
Entrevista nº 4	Sim	Perguntavam por que eu ficava usando os colares e ficava sentada na esteira o tempo todo. Os alunos e a Professora ficavam olhando torto.
Entrevista nº 5	Sim	Já me chamaram de macumbeiro na escola, mas foi uma vez só e já tinha acabado o meu preceito.
Entrevista nº 6	Sim	Mais ou menos, não foi assim igual tem uns agressivos que eu já vi né, mas só foi porque um menino tinha me chamado de macumbeira, 'ai' a minha amiga foi pra me defender e acabou indo pra direção, ela bateu até no menino pra me defender.
Entrevista nº 7	Não	Eu nunca sofri intolerância religiosa.
Entrevista nº 8	Sim	<p>1º caso: Eu já sofri vários, então é complicado escolher um só 'pra' falar, mas o mais complicado foi quando eu estava me iniciando e aí a gente tem o preceito que tira muitas coisas, assim, a gente não pode fazer. E aí a escola tinha que me aceitar de branco, com todos os adereços, contas, contra-egun, e a escola não quis aceitar, e era uma escola particular, me recusou, falou que tinha uniforme e que as outras pessoas não iam aceitar, que se abrissem exceção pra mim iam ter que abrir pra todo mundo e eles não iam fazer isso. Daí minha mãe chegou pra mim antes de eu voltar pra casa e falou assim, 'olha você não vai poder voltar careca, você não vai poder usar pano e essas coisas assim, estar de branco, usar conta'. Aí eu perguntei 'por quê não?! Aí ela foi e me explicou a situação e a própria coordenadora da escola disse que faria isso, aí eu falei 'pode voltar lá e fala que vai processar a escola'. Aí foi através disso que eles deixaram eu entrar com todos os adereços, de branco, com a cabeça coberta, ter todas as burocracias que eu precisava. Mas aí a coordenadora depois me chamou, quando meu preceito acabou, e falou que se eu tivesse que passar por isso de novo, a escola não iria aceitar.</p> <p>2º caso: Tive também um caso de intolerância e preconceito que foi eu no meu momento de preceito, que preceito é um momento delicado, que temos que nos preservar de algumas coisas, não podemos fazer algumas coisas. E nisso eu fui comprar um caldo e eu fui com a minha mãe, quando cheguei lá a moça me deu uma comanda com o valor do caldo e aí nessa comanda 'tava' escrito Deus é fiel, mas Deus é fiel por conta de que eu 'tava' extremamente de branco, com todos os meus adereços, de turbante branco, com fio de conta, com meus oxorôs, contra-egun, todos os meus adereços. Quando eu olhei aquilo tirei uma foto primeiramente, voltei lá e falei, 'Olha moça, porque ela escreveu isso aqui?', aí ela 'Não, isso nunca aconteceu', eu falei 'Pois é, isso pode dar processo', aí ela 'Não, não, não, eu vou chamar a funcionária', a funcionária não quis vir me pedir</p>

		<p>desculpas, não se desculpou, e falou que Deus era mais na minha vida e que eu não precisava daquilo não. E aí eu fui e falei pra ela 'Olha se a gente for até o processo, levar isso pra frente, vai dar processo e você quem sabe, você acha realmente que você vai ganhar pela situação que você fez? E outra, eu não tenho medo de estar aqui como eu estou, de ser quem eu sou e de falar pra você que eu acredito no que eu sigo, na minha fé. Cada um tem a sua, então respeito', aí ela falou 'Não, não vai precisar, mas também não vou te pedir desculpa'. Eu tenho fotos até hoje, mas nunca entrei com o processo.</p> <p>3º caso: Sofri intolerância em um ônibus, que um cobrador uma vez falou que Deus me amava e que eu tinha que descer do ônibus porque aquilo era um abuso, era um desrespeito com Deus, que não me cabia naquele lugar. E aí eu fui, me mantive calada e continuei lá, fingindo que nada estava acontecendo, quando ele me chamou de macumbeira, eu fui explicar pra ele o que eu era e falei que não, que não era da macumba, não era assim que funcionava, e ele 'Além disso você é suja, olha a sua cor'. Aí eu falei 'Não, eu não sou suja, o meu maior orgulho é ser da cor que eu sou, porque se não fosse a cor que eu sou, se não fossem os negros no passado, jamais teríamos chegado onde estamos, então, assim, cada um tem a sua importância'. Eu sempre tive respostas muito objetivas, nunca querendo agredir ninguém, entende?! Então isso sempre me ajudou muito.</p> <p>4º caso: A pior intolerância, de fato, que eu sofri, foi quando eu me iniciei, cheguei em casa careca e me deparei com a minha tia, e a minha tia queria proibir o meu sobrinho de chegar perto de mim, de eu poder pegar ele, virou pra mãe dele e falou 'Olha, não deixa ela pegar, porque ela tá com o demônio', e a mãe dele 'O filho é meu e eu vou deixar', e ela 'não que ela tá endemoniada, que ela fica recebendo coisa pra cá, fazendo macumba pros outros, ela tá recebendo uma entidade que quer me matar, e é por isso que essa entidade raspou a cabeça dela' e nada com nada, coisas que não acontecem, coisas nada haver. Dai ela pegou e virou e falou assim, 'eu vou tirar seus demônios no murro, vou tirar todo o demônio, todo o satanás que tem aí dentro de você e vai ser no murro'. Poxa, ela é evangélica, precisava disso? 'Eu vou te levar pra um culto, pra gente fazer uma libertação, eu vou chamar o meu pastor pra vir aqui'. Então, assim, ser agredida dentro da sua própria família, dentro da sua casa é pesado. Aonde você espera ter conforto, ter de tudo, o bom e do melhor, naquele momento em que você tá feliz, é uma caminhada, uma iniciativa, é um novo começo pra você, e a pessoa faz tudo isso. Então, eu acho que o pior preconceito de você não conseguir aceitar é sendo da sua família.</p>
Entrevista nº 9	Sim	<p>Eu já sofri vários atos de intolerância religiosa. Assim, o que mais me..., não que tenha me doído, porque eu não me abalo com isso, minha fé não se abala com isso, mas assim, o que mais me revoltou foi quando eu fazia a sexta série/sétimo ano e nós estávamos na aula de história, e a aula era sobre a cultura negra, falando sobre a influência da cultura negra atualmente, essas coisas assim. E a professora perguntou quem fazia parte de alguma religião de matriz afro-brasileira, e eu e mais uma colega levantamos a mão. Assim que nós levantamos a mão, ela (professora) começou a gritar "tá amarrado em nome de Jesus", coisas do tipo, é, "tá amarrado em nome de Jesus", "sai daqui demônio", essas coisas. Então nós entramos num debate, não foi um debate muito amigável, porque eu disse a ela que como uma professora de história, era vergonhoso pra ela estar falando "sai demônio" pra religiões de matriz afro-brasileira sendo que as religiões de matriz afro-brasileira formam parte da cultura do país em que ela vive e ela, como professora de história,</p>

		<i>ela não poderia fazer isso, e ela como professora, ela teria que saber lidar com todos os tipos de pessoa. Então ela não poderia estar fazendo isso. E acho que assim, isso foi o que mais, não o que me doeu, mas foi o que mais me revoltou.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	<i>Sim</i>	<i>Já aconteceu de eu estar na escola e ter um trabalho sobre o nordeste e a professora chegou assim e falou “Quem é da macumba aí? Se veste de macumbeiro e vem pra escola e fica aí, mas não faz nada não”, isso pra mim foi um ato de intolerância religiosa. Eu já apareci na escola várias vezes de turbante e as pessoas me olharam e ficaram questionando “Nossa porque ela tá assim?”, “Nossa, manda ela tirar isso” ou as vezes, na escola particular, eles não deixarem eu usar o turbante, porque não deixam usar boné e também não podia usar turbante.</i>

Seguindo no processo de análise das entrevistas é possível identificar que 60% dos entrevistados afirmaram ter sofrido ato de intolerância religiosa, bem como detalham os casos ocorridos. Já 40% afirmam não terem sofrido nenhum ato de intolerância religiosa. Tendo em vista a idade dos informantes (Quadro 11, em anexo), o qual detalha a idade dos participantes, é visível que o percentual de entrevistados, os quais afirmam não terem vivenciado nenhum ato de intolerância religiosa, está ligado ao grupo de participantes mais jovens da pesquisa, com idades de 6 e 7 anos de idade, tendo a exceção de uma participante, com 16 anos, que apesar de ter afirmado não ter nenhuma vivência, explicitou na pergunta abaixo que já ouviu comentários preconceituosos/intolerantes sobre a sua religião. É possível perceber que durante os relatos dos entrevistados, a sua grande maioria concebe as formas de intolerância em diversos atos, tanto em forma de agressões verbais, quanto de comentários realizados.

Em grande parte das entrevistas, identifica-se que pelo menos em um caso de intolerância, a presença de comentários pejorativos em relação aos participantes como macumbeiro(a), bem como comentários religiosos no sentido de ofensa à fé dos praticantes de religião de matriz africana. Ao levantar os dados acerca das idades dos participantes, bem como de suas vivências em relação à intolerância religiosa, tende-se a pensar que há um aumento considerável tanto na percepção de atos intolerantes, quanto na expressão das formas de intolerância religiosa. As entrevistas expressam uma mudança de atitude em relação a essas crianças e adolescentes, tendo em vista as suas idades. Conforme as idades avançam, bem como a consciência desses jovens enquanto praticantes de uma religião de matriz africana, junto com todo o peso cultural e histórico presente nessa expressão cultural, há uma mudança de relação das outras pessoas para com esses jovens, no sentido de entendê-los e enxergá-los como detentores do poder de

escolha.

#### 4.4. Quadro 4 – Existência de comentários intolerantes

Você já ouviu comentários intolerantes sobre você e ou sua religião?			
Entrevistas	Respostas		
	Sim ou Não	Onde isso aconteceu?	Quem fez esses comentários?
Entrevista nº 1	<i>Sim</i>	<i>Na escola</i>	<i>Uma professora</i>
Entrevista nº 2	<i>Não</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 3	<i>Não</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 4	<i>Sim</i>	<i>Na escola</i>	<i>Os alunos</i>
Entrevista nº 5	<i>Sim</i>	<i>Na escola</i>	<i>Os alunos</i>
Entrevista nº 6	<i>Sim</i>	<i>Na escola</i>	<i>Os alunos</i>
Entrevista nº 7	<i>Sim</i>	<i>Na escola e na rua</i>	<i>Colegas de escola e pessoas na rua</i>
Entrevista nº 8	<i>Sim</i>	<i>Ônibus, escola, família, rua.</i>	<i>Familiares (tios e tias), desconhecidos, Coordenador da escola, colegas da escola.</i>
Entrevista nº 9	<i>Sim</i>	<i>Maioria das vezes na escola.</i>	<i>Colegas de escola, professores, pais de alunos.</i>
Entrevista nº 10	<i>Sim</i>	<i>Na rua, na escola</i>	<i>Desconhecidos e colegas de escola</i>

É possível observar através dos dados expressos no Quadro 4, referente aos comentários intolerantes sobre a religião, que dentre os entrevistados, 80% afirmaram já ter escutado/presenciado comentários intolerantes sobre as religiões de matriz africana. Apenas 20% dos participantes responderam não ter presenciado nenhum comentário. Quando questionados acerca dos locais onde aconteceram, 80% dos entrevistados elencaram a escola como local onde mais se ouvem os comentários, seguidos pela rua (30%) e outros (10%). No que se refere aos comentários, tendo em vista o perfil etário dos participantes, bem como o fato de todos estarem inseridos em um cotidiano escolar, a escola ou em local de culto religioso, como dito anteriormente no tópico acerca ensino religioso e educação em direitos humanos, esses são os locais mais frequentados por esses jovens, o que explica a grande quantidade de comentários inseridos em um espaço educacional, mas isso não faz com que esses atos sejam justificáveis.

Levando em consideração que a rua é um espaço público, aí há uma tendência a ter

uma diminuição em relação aos atos de intolerância, bem como os comentários pejorativos. Essa diminuição pode estar relacionada com o fato de que por estar frequentando um espaço público, as pessoas sintam-se intimidadas em expressar comentários intolerantes, mas quando esses comentários e atos passam a ser encorajados, os mesmos tendem a crescer.

Devido à crescente onda de campanhas e movimentos de combate à intolerância religiosa, levando em consideração o número de casos que passaram a ser denunciados, bem como o fato de mais vítimas terem ganhado voz em movimentos em prol da liberdade de culto, isso pode justificar a diminuição, bem como a não expressão desses comentários em um local público. No que tange ao perfil escolar, uma parte expressiva dos jovens e adultos do Brasil fazem parte do modelo hegemônico de religião presente no país (cristianismo). Estando organizados em grupos, sentem-se encorajados em expressar comentários intolerantes, bem como percebendo a constante falta de providências tomadas pela escola, como pode ser confirmado nos quadros acerca das medidas tomadas e das ajudas recebidas por essas vítimas.

É possível identificar nos dados referentes aos autores dos comentários, as seguintes considerações: 80% dos entrevistados afirmaram que os comentários presenciados/vivenciados foram feitos a partir de alunos e professores da escola que frequentam/frequentavam, sendo que 20% deles realizados pela equipe docente da escola, como professores e coordenadores; 70% disseram que também ouviram por parte de colegas comentários preconceituosos sobre a religião e 20% dos entrevistados afirmaram que também ouviram por parte de desconhecidos, incluindo pessoas na rua e pais de alunos, familiares e colegas fora do ambiente escolar.<sup>19</sup>

#### 4.5. Quadro 5 - Comentários acerca da intolerância religiosa

Quais foram os comentários?	
Entrevistas	Respostas
Entrevista nº 1	<i>Ela (professora) falou que não gostava da religião.</i>
Entrevista nº 2	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 3	<i>Não se aplica</i>

<sup>19</sup> É importante lembrar que esta é uma pergunta de múltipla escolha, motivo pelo o número das respostas vai além do número de entrevistados.



<b>Entrevista nº 4</b>	<i>Perguntavam por que eu ficava usando os colares e ficava sentada na esteira o tempo todo. Os alunos e a Professora ficavam olhando torto.</i>
<b>Entrevista nº 5</b>	<i>Só uma vez quando me chamaram de macumbeiro e eu tive ajuda da diretora e dos meus amigos mais próximos. Isso aconteceu na escola e foi uma pessoa que não gostava de mim.</i>
<b>Entrevista nº 6</b>	<i>Eu ouço muitos comentários sobre a minha religião, sobre a minha religião ser da macumba. São muitos comentários assim.</i>
<b>Entrevista nº 7</b>	<i>Que essa religião não presta e que fazem mal para as pessoas. Coisas assim.</i>
<b>Entrevista nº 8</b>	<i>“Você é da macumba”, “Deus te ama”, “Deus tem um propósito pra você”, “Vai na minha igreja hoje”, “Nossa, não fica perto dela”, minha tia me proibiu de pegar no meu sobrinho porque eu estava endemoniada, “Você está endemoniada, eu vou tirar os seus demônios no soco”, “macumbeira”</i>
<b>Entrevista nº 9</b>	<i>Assim, os meninos da minha sala, geralmente os meninos, falavam pros pais, que tinha uma macumbeira na sala, então os pais sabiam que era eu. Bom, os comentários eram do tipo “olha a macumbeira”, “sai satanás”, “tá repreendido em nome de Jesus”, “você vai queimar no inferno”, esse tipo de coisa.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	<i>Quando sai vestido a caráter ou se não estiver a caráter, mas estiver usando uma conta no pescoço ou estiver usando um turbante, as pessoas se sentem no direito de passar e falar “Jesus te ama”, olhar torto. O povo não gosta de ficar no mesmo ambiente. É assim.</i>

No que tange à natureza dos comentários vivenciados/presenciados pelos entrevistados é possível identificar que a maioria dos participantes já ouviram comentários pejorativos como ‘macumbeiro(a)’ pelo menos uma vez, seguido por questionamentos sobre elementos ritualísticos da religião, expressões sobre como não gostam da religião e de como a mesma realiza o mal para as pessoas. Os comentários seguem para o lado teológico no momento em que os autores passam a evocar o nome de Deus, como forma de inibir os participantes, bem como afirmando que a religião é do demônio, chegando a ameaças, um estágio preocupante, por mais que algumas vezes não se concretizem. É possível observar essa característica pejorativa do termo no trecho do livro “Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé” da autora Stela Guedes Caputo (2012), “No terreiro, muitos filhos e filhas de santo com os quais conversei, incluindo crianças e adolescentes, reconhecem que quando o termo é usado por pessoas que não pertencem ao candomblé, geralmente é pejorativo, mas quando usado por eles mesmos assume essa conotação. Muitas vezes ouvi Ricardo Nery me perguntar: ‘Vai ficar na macumba hoje?’ Ou Paula Esteves brincar comigo: ‘Vai acabar virando macumbeira!’”.

#### 4.6. Quadro 6 - Transformação de preconceitos em agressões físicas

Esses preconceitos já chegaram a agressões físicas?	
Entrevistas	Respostas
Entrevista nº 1	Não.
Entrevista nº 2	Não se aplica.
Entrevista nº 3	Não se aplica.
Entrevista nº 4	Não.
Entrevista nº 5	<i>Nunca sofri agressão física ou tive que brigar com alguém por causa de religião. Porque na minha escola a maioria das pessoas entende e não ficam caçando brigas ou algo do tipo.</i>
Entrevista nº 6	<i>Não, esses preconceitos nunca chegaram à agressão física, não.</i>
Entrevista nº 7	Não.
Entrevista nº 8	<i>Físicas eu nunca sofri, a não ser, assim, eu não conto como agressão física, mas uma moça ainda chegou a pegar no meu contra-egun, que é uma trança de palha que fica no nosso braço que tem toda uma simbologia, todo um fundamento, e ela segurou e falou 'vai na minha igreja que eu vou fazer um culto pra poder expulsar esse seu demônio, Deus te ama e eu também', e eu não podia falar nada, justamente pelo fato do preceito, mas minha amiga falou muitas coisas pra ela. Então, mas eu não conto como agressão física, isso assim, agressão, agressão mesmo, mas muitas das vezes a agressão verbal chega a doer muito mais do que a física.</i>
Entrevista nº 9	<i>Nunca chegou a agressão física. O mais perto que eu cheguei de uma agressão física foi uma colega de classe puxar o meu fio de conta do meu pescoço, que chegaram a quebrar.</i>
Entrevista nº 10	<i>Comigo nunca chegou à agressão física não.</i>

Como pode ser observado ao longo das entrevistas, dentre os participantes que afirmaram ter sofrido algum ato de intolerância, 100% destes afirmaram nunca terem sofrido nenhuma agressão física nos momentos de intolerância. Contudo, 20% dos entrevistados, mesmo afirmando não haver agressão física, especificam na entrevista relatos como “*eu não conto como agressão física, mas uma moça ainda chegou a pegar no meu contra-egun, que é uma trança de palha que fica no nosso braço que tem toda uma simbologia, todo um fundamento, e ela segurou e falou 'vai na minha igreja que eu vou fazer um culto pra poder expulsar esse seu demônio, Deus te ama e eu também,* bem como há relatos de colegas entrando em brigas em defesa da pessoa no momento da intolerância.

Outra informante mencionou o fato de “uma colega de classe puxar o meu fio de

conta do meu pescoço, que chegaram a quebrar”. Estas atitudes demonstram a existência de práticas intolerantes nas escolas do DF.

#### 4.7. Quadro 7 – Procura de ajuda diante de atos de intolerância religiosa

Você procurou a ajuda de alguém?				
Entrevistas	Respostas			
	Sim ou Não	Quem?	Recebeu essa ajuda?	Relato
Entrevista nº 1	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 2	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 3	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 4	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 5	Sim	Diretora da escola	Sim	Quando me chamaram de macumbeiro, eu meio que não chamei ninguém, só conversei com a diretora e ela me ajudou. Depois do que aconteceu, os pais desse menino foram na escola, chamaram ele pra conversar. Ele não chegou a ser advertido ou ter transferência, mas os pais foram na escola.
Entrevista nº 6	Sim	Diretora da escola	Sim	Assim, teve um dia que um menino da minha escola me chamou de macumbeira, e eu falei com a diretora. Ela sentou com o menino e tudo, mas não foi tão sério assim, porque parece que não tinha sido o menino que tinha chamado. Foi uma confusão.
Entrevista nº 7	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não, nunca procurei ajuda.
Entrevista nº 8	Não	Não se aplica	Não se aplica	Assim, a minha procura de ajuda mesmo foi mostrar pra elas que eu não era nada do que elas falavam e foi realmente uma resposta de eu não querer me rebaixar ao ponto de elas quererem me rebaixar como uma pessoa pequena, mas ajuda de fato, de algum local, não.

<b>Entrevista nº 9</b>	<i>Não</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Eu não procurei ajuda, porque eu sempre fui muito bem resolvida, então eu sempre resolvi minhas coisas sozinha, então eu sempre enfrentei, eu nunca abaixei a cabeça pra ninguém, então eu não procurei ajuda. Enfrentei a menina ali mesmo e a gente se resolveu ali, nós duas.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	<i>Sim</i>	<i>Familiares</i>	<i>Sim</i>	<i>Quando aconteceu eu peguei a ajuda da minha família, as orientações deles foram essenciais, e aí eu me informei melhor da minha religião, pra poder entender e explicar melhor pras pessoas a minha religião. Então é isso que eu costumo fazer.</i>

No Quadro 7 é possível identificar a presença de três dados diferentes: o primeiro, refere-se à procura de ajuda por parte dos entrevistados, onde é possível constatar que apesar de 70% dos entrevistados afirmar já terem sofrido alguma forma de intolerância religiosa, nunca procuraram nenhum auxílio. No entanto, 30% dos entrevistados afirmaram terem procurado ajuda para lidar com os atos de intolerância religiosa. O outro dado encontrado nas entrevistas diz respeito à pessoa procurada pela parcela dos 30% de entrevistados que decidiram pela busca de auxílio. Sendo assim, aproximadamente dois dos entrevistados que buscaram auxílio foram até a diretora da escola para obter ajuda, e um deles encontrou auxílio entre familiares. Um fato importante que deve ser destacado é que todos os participantes que decidiram pedir auxílio para lidar com a situação de intolerância, obtiveram retorno.

Outro dado encontrado no quadro acima, está ligado às formas de ajuda encontradas por aqueles participantes que a solicitaram. Dentre elas, é possível identificar que em dois casos foi requisitada a presença do agressor na diretoria da escola, para que pudesse conversar sobre o ocorrido, mas em apenas um desses casos foi solicitada a presença dos responsáveis pelo agressor na escola para que pudesse ser comunicado o fato. No que se refere ao auxílio buscado no meio familiar, esse foi uma forma encontrada pela jovem para pensar em formas de lidar com a situação sem que fosse necessário levar a meios mais severos.

No que tange aos casos em que não foram solicitadas ajudas, estes também possuem uma série de significações. É possível observar nas falas dos entrevistados um

empoderamento como forma de combate e como forma de desmistificação de algumas imagens que há em relação à religião, como é possível verificar na fala da entrevistada 8: “Assim, a minha procura de ajuda mesmo foi mostrar pra elas que eu não era nada do que elas falavam e foi realmente uma resposta de eu não querer me rebaixar ao ponto de elas quererem me rebaixar como uma pessoa pequena, mas ajuda de fato, de algum local, não.” Também pode ser constatado um certo empoderamento na fala da entrevistada 9 : “Eu não procurei ajuda, porque eu sempre fui muito bem resolvida, então eu sempre resolvi minhas coisas sozinha, então eu sempre enfrentei, eu nunca abaixei a cabeça pra ninguém, então eu não procurei ajuda. Enfrentei a menina ali mesmo e a gente se resolveu ali, nós duas.”

Deve-se ressaltar que por mais que haja uma perspectiva de resposta competente na fala dessas duas entrevistadas, o auxílio é uma forma de procurar por meios legais a garantia de direitos, contribuindo também como uma forma de combate aos casos de intolerância religiosa que passam despercebidos ou ignorados, tanto pelos agressores e pelo público que está ao redor, quanto pela vítima.

#### 4.8. Quadro 8 – Utilização de objetos religiosos e preconceito

	Você estava utilizando objetos da sua religião quando sofreu o preconceito?	Se sim, após o ocorrido, você se sentiu intimidado de utilizá-los e/ou se posicionar como candomblecista novamente?
Entrevista nº 1	Não	Não se aplica
Entrevista nº 2	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 3	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 4	Sim. A esteira, as contas e o contragun.	Não. As pessoas não tem a ver com a minha vida.
Entrevista nº 5	Não.	Não, nunca tive problema com isso.
Entrevista nº 6	Sim, na época em que chamaram de macumbeira, e nesse 'rolo' da direção eu tinha acabado de raspar, então ainda estava com as coisas, né, que você usa depois que sai da raspagem, com o kelê, que estava coberto, e tava com o cabelo raspado e com uma touca cobrindo a cabeça.	Não, não fiquei intimidada de usar os objetos que eu estava usando antes, então continuei usando.
Entrevista nº 7	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 8	Os objetos da minha religião eu uso constantemente, todos os dias, de dormir até acordar, por uma opção	Nunca me senti intimidada, por ser quem eu sou, por seguir o que eu sigo e por acreditar, ter fé, e amar ser quem eu sou

	<i>minha, e até porque eu acho que a gente tem que usar conforme a gente se sente seguro e bem, então esse foi o meu caso, daí, então as agressões já começam a ser mais contínuas por isso.</i>	<i>e me tornei por conta da minha fé, que é o que me sustenta, então, assim, nunca tive vergonha disso, mas eu tive uma boa estrutura dentro de casa pra mostrar que eu não precisava daquilo, de me esconder, de me negar, de dizer que eu tinha outra religião e ficar com medo ou vergonha, e ter que fingir ser uma pessoa que eu não era, então eu tive essa instrução em casa, porque se eu não tivesse, com certeza eu teria negado ou ficado com vergonha sim.</i>
<b>Entrevista nº 9</b>	<i>Sim, eu estava utilizando objetos da minha religião, eu estava utilizando fio de contas e o turbante na cabeça, mas não por obrigação, por vontade própria.</i>	<i>Após o ocorrido eu continuei. Como o fio de conta foi arrebatado pela menina que puxou, eu continuei com o turbante na cabeça, não tirei e falei que não iria tirar, e continuei com o turbante o resto do dia na cabeça.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	<i>Sim, algumas vezes estava de turbante, outra de conta no pescoço.</i>	<i>Não, não me senti intimidada.</i>

O Quadro 8 trata da utilização de objetos ritualísticos da religião e a forma como os participantes passaram a lidar com estes objetos após os atos de intolerância religiosa. Sendo assim, foi constatado que dentre 70% dos participantes que afirmaram terem sofrido intolerância religiosa aproximadamente todos afirmaram estar utilizando objetos ritualísticos da religião no momento do ato de intolerância religiosa. Constatou-se também que 100% dos participantes que afirmaram estar utilizando os objetos ritualísticos no momento da intolerância religiosa, não se sentiram intimidados de utilizá-los novamente, mesmo com o ocorrido, e um participante que afirmou não estar utilizando os objetos no momento da intolerância, também afirmou que não tem problema na utilização dos objetos, mesmo após o ato.

No que tange à análise das respostas dos participantes, é possível observar uma duas respostas que se destacam. A primeira chama atenção pela importância da base familiar na formação da personalidade para que ele saiba lidar com as questões de intolerância, empoderando-o e dando voz para ele. *“Nunca me senti intimidada, por ser quem eu sou, por seguir o que eu sigo e por acreditar, ter fé, e amar ser quem eu sou e me tornei por conta da minha fé, que é o que me sustenta, então, assim, nunca tive vergonha disso, mas eu tive uma boa estrutura dentro de casa pra mostrar que eu não precisava daquilo, de me esconder, de me negar, de dizer que eu tinha outra religião e ficar com medo ou vergonha, e ter que fingir ser uma pessoa que eu não era, então eu tive essa*

*instrução em casa, porque se eu não tivesse, com certeza eu teria negado ou ficado com vergonha sim*". Na fala, a jovem afirma que a base familiar foi importante para na formação da sua consciência de luta, tanto no que diz respeito no orgulho de sua religião, quanto na sua busca pela concretização de seus direitos.

Na fala de outra jovem, é possível perceber que mesmo afirmando na questão sobre a agressão física que teve seu fio de contas quebrado pela agressora, ela não se intimidou. *"Após o ocorrido eu continuei. Como o fio de conta foi arrebitado pela menina que puxou, eu continuei com o turbante na cabeça, não tirei e falei que não iria tirar, e continuei com o turbante o resto do dia na cabeça."* Isto revela a discussão de um caráter maior no que tange às formas de intolerância e preconceito, a naturalização de certas ações. Mesmo após a agressão, a jovem negou-se a tirar o turbante da cabeça, mas não procurou o auxílio de outra pessoa para lidar com este comportamento de intolerância.

#### 4.9. Quadro 9 - Atitude da gestora da escola diante da intolerância religiosa

	Você já teve que mudar de escola por atos de intolerância?	A escola tomou alguma providência para o combate?
Entrevista nº 1	Não	Não
Entrevista nº 2	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 3	Não se aplica	Não se aplica
Entrevista nº 4	Não	Não
Entrevista nº 5	Não	Os pais do aluno foram chamados na escola.
Entrevista nº 6	Não, nunca precisei mudar de escola por causa de intolerância religiosa.	Também não tomou providências, porque não foi tão grave assim, então não precisou tomar porque não foi daqueles em que você se sente tão ofendida assim.
Entrevista nº 7	Não	Não, mas já fizemos palestras sobre essas coisas, preconceito.
Entrevista nº 8	Apesar do que eu passei, eu não mudei de escola.	Eles sempre quiseram abafar, mas eu nunca deixei isso passar em branco, toda essa situação comigo, eu sempre levei até eles, eu sempre indagava, mas eu sempre falava 'olha, a justiça tá por mim, se eu levar isso 'prum' processo, com certeza estará do meu lado', então eles pensavam muito, duas vezes, antes de deixar isso passar, mas por eles, se eu não tivesse corrido atrás, eu ainda estaria lá sofrendo intolerância, preconceito a

		<i>todo tempo e eles não faziam nada.</i>
<b>Entrevista nº 9</b>	<i>Eu já tive que mudar de escola por causa de intolerância, infelizmente. Esse ano eu mudei de escola por conta de perturbação de uma professora que é evangélica e ano passado na escola que eu estudava, no centro de ensino fundamental 01 do cruzeiro, essa professora perguntou a religião de todos os alunos, como eu nunca fui de esconder a minha religião, eu falei que sou do candomblé. Daí ela escreveu um salmo da bíblia no quadro e queria me obrigar a escrever aquilo no meu caderno. Só que eu falei “professora, a senhora vai me desculpar, mas eu não vou escrever, porque o que eu tenho obrigação de escrever no meu caderno é o que a senhora passa no quadro em relação ao conteúdo. Isso não faz parte do conteúdo”. E aí ela me mandou pra direção, dizendo que eu estava afrontando ela, sendo mal educada. E ela me perturbou pelo resto do ano e eu tive que mudar de escola por causa dela.</i>	<i>Não, a escola não tomou nenhuma providência, ainda tem alunos de religião de matriz afro-brasileira na escola, tanto do candomblé, quanto da umbanda e a escola continua displicente.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	Não	A escola tomou providência.

Foi possível constatar através das questões apresentadas no quadro acima, que 70% dos entrevistados nunca precisou ter mudado de escola devido a atos de intolerância religiosa. Outros 20% não responderam a questão, mas devido aos dados como o da questão acerca da intolerância religiosa sofrida, bem como a idade destes, é possível deduzir que os mesmos também não precisaram mudar de escola por motivo de intolerância religiosa. Observa-se também que 10% dos participantes afirmou ter precisado mudar de escola por conta de atos de intolerância religiosa.

A partir da fala da jovem presente na entrevista nº 9 é possível identificar que a intolerância ocorreu por parte de um membro do corpo discente da escola na qual a jovem estudou: *“Esse ano eu mudei de escola por conta de perturbação de uma professora que é evangélica e ano passado na escola que eu estudava, no Centro de Ensino Fundamental 01 do Cruzeiro, essa professora perguntou a religião de todos os alunos, como eu nunca fui de esconder a minha religião, eu falei que sou do candomblé. Dai ela escreveu um salmo da bíblia no quadro e queria me obrigar a escrever aquilo no meu caderno. Só que eu falei ‘professora, a senhora vai me*



*desculpar, mas eu não vou escrever, porque o que eu tenho obrigação de escrever no meu caderno é o que a senhora passa no quadro em relação ao conteúdo. Isso não faz parte do conteúdo'. E aí ela me mandou pra direção, dizendo que eu estava afrontando ela, sendo mal educada. E ela me perturbou pelo resto do ano e eu tive que mudar de escola por causa dela."*

Outro elemento identificado através das entrevistas diz respeito às providências tomadas pela escola. É possível observar que aproximadamente dois terços dos entrevistados afirmou que a escola não tomou nenhuma providência em relação aos atos. Apenas aproximadamente um terço afirmou que a escola tomou providências. Também foi constatado que uma participante ao responder o questionário, mesmo afirmando não ter sofrido nenhum ato de intolerância religiosa, afirmou que a escola realiza processos de conscientização em relação ao tema. No que tange ao caráter de cada intervenção realizada pelo corpo discente, é perceptível ao analisar as entrevistas que quando há uma tomada de postura por parte da escola, a mesma se faz presente ao convocar pais e alunos para se conversar. Não foi constatada em nenhuma das entrevistas uma medida mais severa<sup>20</sup> por parte da escola.

Uma entrevista em particular chama a atenção pela resposta: na entrevista nº6 ao falar que a escola não haveria tomado nenhuma providência, a participante afirma: *"Também não tomou providências, porque não foi tão grave assim, então não precisou tomar porque não foi daqueles em que você se sente tão ofendida assim"*. A naturalização das diversas formas de intolerância e preconceito encontra tão arraigada na sociedade, que passa a imagem a uma criança que existem níveis de preconceito que devem ser aceitos, os quais não são entendidos como 'ofensa', termo utilizado pela participante. Tem-se, então, uma via de mão dupla quando se fala em empoderamento da criança para que ela possa lidar com algumas formas de intolerância, ou seja, quando há um empoderamento, seja no meio familiar, na escola, ou em outros âmbitos de convívio social da criança e do adolescente, feito de forma correta, este vai ensinar formas de lidar com esses atos de modo a garantir direitos, bem como de formar um adulto que não seja conivente com a propagação de formas de intolerância, mesmo que inconscientemente. Mas quando esse empoderamento tem um caráter naturalizante em relação às formas de intolerância e preconceito, a criança ou o adolescente estarão sujeitos a diversos atos, bem como poderão se calar diante destes, o que não só não

---

<sup>20</sup> Entende-se por severa qualquer medida que leve ao afastamento do agressor da escola.

cessará essas formas de intolerância em relação ao infante, como também contribuirá para a perpetuação de certas ofensas.

#### 4.10. Quadro 10 - Percepção dos atos de preconceito

Você acha que esse preconceito tem diminuído ou aumentado? Por quê?		
Entrevistas	Respostas	
	Aumentado ou diminuído	Justificativa
Entrevista nº 1	<i>Não respondeu</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 2	<i>Não respondeu</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 3	<i>Não respondeu</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 4	<i>Não respondeu</i>	<i>Não se aplica</i>
Entrevista nº 5	<i>O preconceito não diminuiu</i>	<i>Pra mim ainda existe muita intolerância religiosa. Ainda mais com pessoa do candomblé, mas não só do candomblé, como budistas, wiccanos, porque além de outras religiões não entenderem, querem expressar coisas estranhas ou diferentes pra cada um deles. Pra mim seria melhor cada um procurar saber antes de falar. Não existe minoria ou maioria no estar certo ou não estar certo, de estar seguindo aquela religião. O preconceito não diminuiu porque eu sei que todos os dias alguém pode se iniciar no candomblé. Todo dia ele pode ir pra algum lugar, pegar um ônibus, ir pra escola ou pra faculdade e muitas pessoas vão julgar, falar mal, vão xingar. E eu tenho certeza que muitas vezes as pessoas ficam caladas e não procuram ajuda, então pra mim ainda existe muito preconceito e intolerância religiosa.</i>
Entrevista nº 6	<i>Depende das ocasiões</i>	<i>Eu acho que depende das ocasiões, porque tem lugares com pessoas que respeitam mais, e tem outros lugares que as pessoas são mais preconceituosas mesmo, porque elas são de outras religiões, então elas não aceitam, porque tem pessoas que aceitam normalmente.</i>
Entrevista nº 7	<i>Não aumentou e nem diminuiu</i>	<i>Eu acho que continua a mesma coisa, não aumentou e nem diminuiu. É tanta coisa que tem nas escolas, ensinando que não se deve ter preconceito, mas ninguém aprende. A não ser que o povo conheça a religião e pare de falar mal.</i>
Entrevista nº 8	<i>Aumentou</i>	<i>Eu acho que o preconceito tem aumentado sim, porque antes o preconceito era mais verbal, era mais perante 'ai você é macumbeiro', 'ai eu não gosto de você', 'ai você tá endemoniado', 'ai você é alguma coisa estranha', 'você faz mal pras pessoas', enfim, hoje não, hoje já partiu 'pra' agressão física, matar pessoas, bater em pessoas, espancar pessoas, outras religiões atacarem outras religiões, então, assim, no nosso caso, a gente 'tá' sendo muito perseguido, nós somos a religião que somos perseguidos, somos uma religião que não é</i>

		<i>aceita pra sociedade, por isso sim, o preconceito aumentou e sim, ninguém está fazendo nada 'pra' resolver isso e cada dia 'tá' só piorando.</i>
<b>Entrevista nº 9</b>	<i>Aumentou</i>	<i>Na minha opinião isso tem aumentado e vai continuar aumentando, porque no mundo de hoje as pessoas tem uma cabeça que pra elas só o que elas acreditam é a verdade. A sociedade de hoje tem a péssima mania de querer empurrar as suas opiniões goela abaixo de todo mundo e quer que todo mundo siga os padrões de normalidade impostos por ela, no caso a sociedade. Porém nem todo mundo é obrigado a seguir esses padrões, e quem não segue, quem está fora desses padrões, religiosos no caso, no caso o padrão religioso é o cristianismo. Quem está fora desses padrões, acaba sendo agredido fisicamente, verbalmente. Acaba sendo agredido por pessoas que acham que apenas o que elas acreditam é a única verdade e não existe outra. Então, pra mim, esse preconceito tem aumentado muito e não vai diminuir. Porque as pessoas, a cada dia que passa, as pessoas têm a mente mais fechada e se entregam mais aos padrões impostos pela sociedade. Então pra mim esse preconceito não vai cessar tão cedo.</i>
<b>Entrevista nº 10</b>	<i>Não diminuiu e nem aumentou</i>	<i>Na minha opinião não diminuiu e nem aumentou, a gente tá no meio termo porque somos seres, gente, e as pessoas são ignorantes, as pessoas são maldosas, então é meio difícil melhorar. Diminuiu só um pouco porque tem muita gente intolerante que às vezes pode esconder que é intolerante ou às vezes é por não saber ou não querer acreditar.</i>

Através do Quadro 10 é possível analisar como essas crianças e adolescentes enxergam a propagação das formas de intolerância ao longo dos anos. Sendo assim, foi questionado aos participantes se os mesmos achavam que o preconceito havia aumentado ou diminuído e que estes justificassem as suas respostas. Dentre os dados encontrados, 40% dos participantes se abstiveram da resposta, 30% afirmaram que o preconceito não aumentou e não diminuiu, apenas 20% disseram que o preconceito aumentou e 10% opinaram que ele não diminuiu e não houve nenhuma afirmação entre os participantes de que o preconceito haveria diminuído. A partir desses dados é possível observar que apesar de em diversas respostas ter sido afirmado que há uma estagnação do preconceito, bem como um aumento deste, há uma certeza por parte dos participantes de que as formas de preconceito não vêm diminuindo ao longo do tempo.

Em relação às falas dos participantes há muita riqueza nos conteúdos. Na entrevista nº 5 é possível perceber a preocupação do participante em citar outras religiões além do candomblé que, para ele, também sofrem formas de preconceito: *“Pra mim ainda existe muita intolerância religiosa. Ainda mais com pessoa do candomblé, mas não só do*

*candomblé, como budistas, wiccanos, porque além de outras religiões não entenderem, querem expressar coisas estranhas ou diferentes pra cada um deles [...]”.* Este entende que as formas de intolerância podem afetar diversas outras formas de crença que não estejam dentro do modelo hegemônico de crença da sociedade, ou seja, não atenda aos padrões cristãos.

*“[...] Pra mim seria melhor cada um procurar saber antes de falar. Não existe minoria ou maioria no estar certo ou não estar certo, de estar seguindo aquela religião [...]”* Também é perceptível, dentro do entendimento do participante que uma das principais causas da intolerância é o não conhecimento sobre o outro, sendo assim, desconhecer algo facilita a mistificação de certos rituais religiosos, o que pode levar ao estranhamento, bem como à demonização destes. *“[...] O preconceito não diminuiu porque eu sei que todos os dias alguém pode se iniciar no candomblé. Todo dia ele pode ir pra algum lugar, pegar um ônibus, ir pra escola ou pra faculdade e muitas pessoas vão julgar, falar mal, vão xingar. E eu tenho certeza que muitas vezes as pessoas ficam caladas e não procuram ajuda, então pra mim ainda existe muito preconceito e intolerância religiosa.”* Por fim, o participante encerra a sua fala com um elemento muito importante quando se trata de uma discussão acerca das formas de intolerância: a insegurança diária. Ao afirmar que todos os dias há a iniciação de uma pessoa no candomblé e que essa mesma pessoa que foi iniciada, volta a sua rotina natural, mas não é visto da mesma forma e pode sofrer represálias, o participante tem a noção de que a insegurança, no sentido de que possa sofrer atos de intolerância religiosa acompanha os membros da religião até mesmo em processos simples do dia a dia e que esses não tem perspectiva de mudança enquanto não houver uma tomada de postura por parte dos membros da religião em relação à intolerância religiosa.

Na entrevista nº 6 é possível identificar elementos semelhantes aos encontrados na anterior, dentre eles, está o caráter de entender que pessoas de outras religiões podem ser mais preconceituosas com o candomblé, bem como o fato de existirem espaços que aceitam e espaços que reprimem: *“Eu acho que depende das ocasiões, porque tem lugares com pessoas que respeitam mais, e tem outros lugares que as pessoas são mais preconceituosas mesmo, porque elas são de outras religiões, então elas não aceitam, porque tem pessoas que aceitam normalmente”.* Sendo assim, a participante entende que alguns espaços tornam-se possíveis zonas de conflito e perigosas para pessoas que se afirmem como candomblecistas. Tal fala pode parecer segregacionista ao quando coloca-se uma ótica de que algumas vezes as pessoas veem como necessário abandonar

certos espaços e hábitos, pelo menos nos períodos mais rigorosos dentro da religião, com forma de evitar certos conflitos. Essa ótica pode fazer uma analogia com a época do *apartheid*, período no qual foi feita a segregação entre negros e brancos, especialmente nos Estados Unidos e na África do Sul, que além de impor uma hegemonia social e racial também oprimiu durante muito tempo uma série de hábitos da cultura negra. Pensando por essa lógica também é necessário entender que esse regime só posto abaixo quando houveram pessoas que ultrapassaram as barreiras impostas de diversas formas. Essa lógica também pode ser utilizada para falar das barreiras ou limites sociais impostos por uma sociedade que tem como hegemonia religiosa o cristianismo, ou seja, ultrapassar esses limites e buscar as garantias de direitos é uma forma de enfrentamento das diversas formas de intolerância.

*“[...] É tanta coisa que tem nas escolas, ensinando que não se deve ter preconceito, mas ninguém aprende. A não ser que o povo conheça a religião e pare de falar mal.”* É possível identificar na entrevista nº 7 um elemento chave para o combate à intolerância religiosa. Como mencionado anteriormente no debate e nas análises, a grande causa identificada pela maioria dos participantes ao longo das entrevistas foi à falta de conhecimento sobre a religião como o maior fator de início da intolerância. Sendo assim, pode ser pensado como uma estratégia das escolas através do ensino religioso, que vem sendo um elemento de desserviço à diversidade religiosa brasileira, a introdução e o debate sobre as religiões de matriz africana como forma de romper diversos mitos que levam a um preconceito, e posteriormente, a atos de intolerância.

Nas outras entrevistas também foi possível identificar três elementos- chave em suas respostas: a mudança nas formas de intolerância, o padrão de crença imposto pela sociedade e a negação da intolerância religiosa. Esses três fatores são a base de toda a discussão presente no trabalho. O primeiro, diz respeito ao modo como vêm se modificando as práticas de intolerância religiosa em diversos estados brasileiros, essa passou a ser mais explícita e agressiva. O segundo, vai voltar no debate acerca dos padrões cristãos impostos pela sociedade e o terceiro, que ao mesmo tempo completa o primeiro fator também o contradiz. Há então uma dualidade de pensamento no que tange a intolerância, apesar de haver uma prática constante de intolerância religiosa e até um aumento no caráter agressivo destas, como afirma a oitava participante, ainda há uma negação constante de que exista intolerância religiosa, o que acontece tanto por parte dos agressores, que muitas vezes não percebem a reprodução de discursos intolerantes, como das vítimas, que e não podem negar a intolerância pelo constante

discurso imposto pela sociedade.

## 5. CONCLUSÃO

Ao longo de todo o debate desenvolvido no presente trabalho é possível perceber uma série de fatores ligados à intolerância religiosa, fatores que vem afetando não só adultos como também chegaram naqueles que são considerados o futuro de uma nação inteira, crianças e adolescentes. Tendo em vista as discussões realizadas entende-se a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, e como tal, estes são rodeados de diversos fatores que irão contribuir de forma positiva ou negativa para o seu desenvolvimento e a sua consciência enquanto pessoa de direitos na sociedade.

Toda a trajetória de chegada da religião no Brasil, da sua fixação e da raiz criada por ela são elementos que contribuem para o entendimento de como foi composta a linha que levou o preconceito às diversas manifestações de intolerância religiosa que vem acontecendo em todo o território brasileiro. O contexto de escravidão, repressão e cerceamento vivenciado por negros de origem africana que contribuíram para a formação da sociedade atual, está marcado na história de vida de praticantes do candomblé e de seus familiares, bem como as crianças e adolescentes que os rodeiam.

Sendo assim, entende-se que a conquista de direitos adquirida ao longo dos anos através de uma trajetória árdua e complicada pelos membros de religiões de matriz africana, ainda não se fizeram plenas para os pequenos integrantes da religião, que veem-se rodeados de casos e exemplos de manifestações intolerantes. Apesar da pouca idade de alguns, estes entendem o contexto social de luta vivenciado por praticantes do candomblé, bem como a dificuldade de fazer parte de uma sociedade que traz consigo uma forma de crença predominante e que, muitas vezes, oprime.

Apesar das legislações e meios legais criados como forma de tentativa de garantia de direitos, o país vem passando por uma conjuntura de quebras de garantias e de regressão nas conquistas já adquiridas, o que vem atingindo também crianças e adolescentes em seu contexto de vivência social, seja na escola, na rua ou em casa. Como recorte proposto no trabalho, a escola visa ser um local de garantia da educação e da formação desses infantes, prevendo o respeito à diversidade e pluralidade, como mencionado anteriormente ao falar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o que não acontece de fato, como pode ser visto através das entrevistas dos participantes. Apesar de algumas tentativas de reparação e de discussão sobre o contexto de preconceito e intolerância religiosa, algumas escolas do Distrito Federal vem falhando por conta de fatores como a religião da maioria dos membros escolares,

tanto discentes, docentes e familiares, que podem ter recepções negativas a certas abordagens no âmbito escolar, bem como o despreparo do meio discente para lidar tanto com casos de intolerância, quanto com a prevenção destes.

Enquanto há o despreparo destes para essa questão social presente no âmbito escolar, diversos alunos seguem convivendo diariamente com diversas formas de intolerância. Há de se lembrar que os meios em que são apresentados a intolerância nem sempre ocorrem de forma explícita e aberta, além dos xingamentos e agressões físicas, os constantes olhares de repressão e afastamento de algumas pessoas também causam extremo desconforto nesses jovens. Identificar essas formas mais sutis de intolerância torna-se mais difícil, logo, há também uma dificuldade de buscar a garantia de direitos. Essas formas de intolerância passam a ser tão constante na vida dessas crianças e adolescentes que passam a internalizar tais atos como sendo intrínsecos na sociedade e imutáveis. Ou seja, depois de tantas repetições de certos comportamentos, alguns jovens passam a entender isso como algo natural e não os confrontam ou vão em busca de ajuda.

Sendo assim, entende-se que apesar dos diversos avanços na legislação brasileira no que tange ao respeito pela liberdade religiosa e de expressão, bem como a garantia de uma escola que trabalhe de forma plural visando à integração e a contribuição para o respeito à diversidade, há uma grande falha entre a escrita e a prática nas escolas do DF. Essas falhas vêm prejudicando o cotidiano educacional de crianças e adolescentes que passam a ter uma vivência escolar cansativa e degradante. Deve-se entender que a vivência escolar desses jovens em desenvolvimento interferem no futuro destes, ou seja, a garantia de uma educação que fortaleça a ancestralidade desse jovem, educando, não apenas ele, como todos dentro de uma sala de aula, contribui para a diminuição das diversas formas de intolerância e preconceito presentes na sociedade. Uma educação que amplia a visão de mundo e de tolerância de um aluno contribui para a formação de um adulto que respeita pluralidades.



## 6. REFERÊNCIAS

BARROS, M. *O candomblé bem explicado*. Brasil: Pallas, 2009.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil. Elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>, acesso em outubro/2016

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Acesso em acesso em outubro/2016. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946*. Acesso em outubro/2016. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. *Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados em matéria religiosa, consagra plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências*. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. *Emenda Constitucional, de 3 de setembro de 1926*. Emendas à Constituição Federal de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc%20de%203.9.26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc%20de%203.9.26.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.384, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>, acesso em outubro/2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. E Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Plano de Ação, Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO, 2012.

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível Vol. II: convivência, respeito, tolerância*. Petrópolis: Vozes, 2006. A parte importante deste livro é o capítulo III A tolerância

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

G1. *Menina Vítima de Intolerância Religiosa diz que vai ser Difícil esquecer Pedrada*. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>>, acesso em outubro de 2016.

IPHAN, Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais*. Coordenação de George Bessoni, Rodrigo Ramessote e Marcelo Reis; textos de Marcelo Reis...[et.al.]. Brasília, DF. Iphan-DF, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. p.186. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Candomblé: diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*/ Rafael Soares de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Clemildo Anacleto da. *Educação, tolerância e direitos humanos: a importância do ensino de valores na escola*. Porto Alegre. Editora Universitária Metodista, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*/ Ari Pedro Oro... et al; Vagner Gonçalves da Silva (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África*. Pierre Verger; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

## **7. ANEXOS**

### **7.1. Modelo da Entrevista Semi-Estruturada**

#### **1. Dados Pessoais:**

**1.1. Nome**

**1.2. Idade**

**1.3. Escola**

**1.4. Ano/Série**

**1.5. Já foi feito? Possui algum cargo na casa?**

**2. Você já falou da sua religião para as pessoas, que é candomblecista?**

**3. Você sabe o que é intolerância religiosa? Preconceito religioso?**

**4. Você já sofreu algum ato de intolerância religiosa? Relate a situação.**

**4.1. Você já ouviu comentários preconceituosos sobre você e/ou sua religião?**

**4.2. Onde isso aconteceu?**

**4.3. Quem fez esses comentários?**

**4.4. Quais foram os comentários?**

**4.5. Esses preconceitos já chegaram a agressões físicas?**

**4.6. Você procurou ajuda de alguém quando aconteceram? Quem? Recebeu essa ajuda?**

**4.7. Você estava utilizando objetos da sua religião quando sofreu o preconceito?**

**4.8. Se sim, após o ocorrido, você se sentiu intimidado de utilizá-los e/ou se posicionar como candomblecista novamente?**

**4.9. Você já teve que mudar de escola por atos de intolerância?**

**4.10. A escola tomou alguma providência para o combate?**

**5. Você acha que esse preconceito tem diminuído ou aumentado? Por quê?**

## 7.2. Termo de Consentimento

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa sob a responsabilidade de Clarissa Santos de França, CPF: 050.980.141-23, matrícula: 13/0023981, e-mail: clarissa.s.franca@gmail.com, celular: 99397-7797, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Essa pesquisa tem como objetivo, analisar as diversas manifestações de intolerância religiosa em relação às crianças do candomblé.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista, que será de imensa contribuição para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, sob supervisão da Pr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nair Heloisa Bicalho de Sousa, celular: 61.991145282, e-mail: nair.bicalho@gmail.com. Informo que esta participação não é de cunho obrigatório, podendo recusar-se a participar a qualquer momento, sem que isto acarrete penalidade ou prejuízo a você e a pesquisadora.

Haverá a necessidade de gravação da entrevista para transcrição posterior, visando facilitar o processamento do material. Logo depois de redigida, nos comprometemos a entregar a entrevista para a sua prévia visualização. Informo também que, tendo em vista a idade dos entrevistados, não haverá divulgação do nome dos participantes ou de informações as quais a pesquisadora julgue possibilitar a identificação destes. Destaco, contudo, que os resultados da análise são de inteira responsabilidade da pesquisadora. Saliento que a entrevistada não constituirá risco algum para ambas as partes.

Desta forma, Eu \_\_\_\_\_,  
CPF: \_\_\_\_\_, responsável pela criança \_\_\_\_\_,  
declaro que entendi os objetivos e condições de participação da pesquisa e concordo com a participação das mesmas.

**Data:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

---

**Assinatura Pai/Responsável**

---

**Clarissa Santos de França**  
**Discente em Serviço Social**

## 7.14. Anexo - Quadros 11 e 12

Quadro Nº 11 – Dados pessoais dos entrevistados						
Entrevista	Idade	Colégio Escola	Ano Série	Sexo	Iniciado	Cargo
1ª Entrevista	6 anos	Caique	1ª série	Masc.	Sim	Ogan
2ª Entrevista	6 anos	Caique	1ª série	Masc.	Sim	Ogan
3ª Entrevista	5 anos	Caique	1ª série	Masc.	Sim	Ogan
4ª Entrevista	12 anos	Caique	4ª série	Femin.	Sim	Iyá Kekerê
5ª Entrevista	14 anos	CEF 08 - Gama	8ª série	Masc.	Sim	Babalossayn
6ª Entrevista	13 anos	Colégio Estadual Polivalente	7ª série	Femin.	Sim	Não
7ª Entrevista	16 anos	CEM 12 - Ceilândia	2º ano - EM	Femin.	Sim	Não
8ª Entrevista	18 anos	EJA	1º ano - EM	Femin.	Sim	Não
9ª Entrevista	14 anos	CEF Athos Bulcão - Cruzeiro	8ª série	Femin.	Sim	Makota
10ª Entrevista	17 anos	Colégio Estadual Iberico de Araújo Roriz	1º ano - EM	Femin.	Sim	Ekedji

Quadro Nº 12 – Presença de intolerância registrada pelos entrevistados	
Sofreram Intolerância Religiosa	Não Sofreram Intolerância Religiosa
6	4